



RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL 2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PRESIDENTE

Cons. Valmir Gomes Ribeiro

VICE-PRESIDENTE

Cons. Ronald Polanco Ribeiro

CORREGEDOR

Cons. Antônio Fernando Jorge Ribeiro de
Carvalho Malheiro

OUVIDOR

Cons. Antônio Cristóvão Correia de
Messias

DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS

Cons. Dulcinéa Benício de Araújo

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Cons. José Augusto Araújo de Farias

PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Cons. Naluh Maria Lima Gouveia

AUDITORA SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO

Maria de Jesus Carvalho de Souza

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADOR CHEFE

Sérgio Cunha Mendonça

PROCURADORES

Anna Helena de Azevedo Lima Simão

João Izidro de Melo Neto

Mario Sérgio Neri de Oliveira

**DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA**

Semírames Maria Plácido Dias

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**

Jaime Fontes Vasconcelos

**INSPETORES GERAIS DE CONTROLE
EXTERNO**

Luíz Gustavo Maia Guilherme

Jeú Campelo Bessa

Magali Melo de Sampaio

Erika Albuquerque Abud Fernandes

Júlio Augusto Pinheiro Araújo

CONTROLADOR INTERNO

Antonio Weverton Quintela de Souza

INFORMAÇÕES

Telefone: (68) 3025-2068

E-mail: controleinterno@tce.ac.gov.br

Sítio: www.tce.ac.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao princípio constitucional da publicidade dos atos da Administração Pública e em harmonia com o disposto no art. 61, § 4º, da Constituição Estadual, com fulcro no art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, apresentamos a Vossas Excelências o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, Anual de 2017. Nele são divulgados os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício do controle externo, bem como, as iniciativas mais relevantes implementadas no âmbito administrativo.

O Tribunal, no exercício de suas competências fiscalizadora, judicante, sancionadora, informativa, corretiva, consultiva e normativa, também desenvolveu ações orientadoras junto aos gestores públicos, incrementando sua atuação didático-pedagógica, no sentido de prevenir as ocorrências de situações contrárias às leis e/ou danosas ao erário público. Neste sentido, este Tribunal vem realizando relevantes ações preventivas e educativas que, integradas entre si, desempenham o importante papel de proporcionar a sociedade uma maior segurança em relação à correta aplicação dos recursos públicos.

As medidas educativas que visam orientar os gestores de recursos público Estadual e Municipais têm-se mostrado como importante mecanismo de inserção do Tribunal no “ciclo da gestão pública”, propiciando excelentes resultados. Em relação às medidas de cunho preventivo, são desenvolvidas atividades de acompanhamento, prévio e concomitante, de processos e procedimentos adotados no âmbito da Administração Pública, com intuito de evitar possíveis contradições de ordem jurídica.

No âmbito da atuação corretiva, no exercício de sua competência normativa e fiscalizadora, o Tribunal, por meio de orientações, aplicação de multas e outras sanções, objetiva a correção dos procedimentos administrativos em desacordo com a ordem jurídica. Essas correções têm finalidade de evitar a ocorrência de situações contraditórias aos anseios sociais, bem como compensar perdas e danos causados ao erário.

Em 2017, destacaram-se os investimentos em capacitação e qualificação do quadro de pessoal, as iniciativas em proporcionar aos jurisdicionados informações técnicas de qualidade através dos seminários temáticos, bem como na estrutura física e tecnológica, aperfeiçoadas com a finalidade de proporcionar um melhor atendimento às demandas dos gestores de recursos públicos e da sociedade em geral.

O Tribunal de Contas do Acre prima pela a eficiência do Setor Público, a qual deve ser considerada em sentido amplo, no contexto das exigências de uma sociedade cada vez mais complexa e consciente de seus direitos.

Rio Branco – Acre, 06 de fevereiro de 2018.

Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Presidente do TCE/ACRE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
O TRIBUNAL, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO	6
1. A ESTRUTURA DO TRIBUNAL.....	7
1.1 Tribunal Pleno e seus membros	8
1.2 Auditores	8
1.3 Ministério Público de Contas	9
1.4 Corregedoria.....	9
1.5 Ouvidoria	9
1.6 As câmaras.....	10
1.7 Secretaria das Sessões.....	11
1.8 Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária.....	11
1.9 Diretoria de Administração e Finanças	12
1.10 Escola de Contas.....	13
1.11 Controle Interno	13
2. ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ACRE EM 2017	14
2.1 Atividades da Secretaria das Sessões.....	14
2.2 Atividades da Auditoria	25
2.3 Atividades do Ministério Público de Contas	31
2.4 Atividades da Corregedoria.....	34
2.5 Atividades da Ouvidoria	35
2.6 Atividades da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO.....	36
2.7 Atividades Administrativas - DAF	93
2.8 Atividades Escola de Contas	110
2.9 Atividades do Controle Interno	113
CONCLUSÃO	114
ANEXO I	116

O TRIBUNAL, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Acre, criado por meio da Emenda Constitucional nº 17, de 15 de setembro de 1989, norteia-se pelos valores da ética, efetividade, independência, transparência, credibilidade e compromisso profissional na vigilância, fiscalização e julgamento da coisa pública.

Tem como Missão “*exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social*”, e como Visão “*ser uma instituição de referência na fiscalização, orientação e acompanhamento da gestão pública*”.

Como determina o art. 61 da Constituição do Estado do Acre, ao Tribunal de Contas do Estado, compete a atribuição de *fiscalizar e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual, além das contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte prejuízo à Fazenda Estadual*.

Em conformidade com o **Parágrafo Único** do artigo supracitado, *qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Acre*.

O Tribunal de Contas do Estado auxilia o Poder Legislativo no controle externo dos recursos públicos, e é o órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus Municípios. Tem sede na cidade de Rio Branco, capital do Estado, com jurisdição em todo o território estadual conforme dispõe o **art. 1º da Lei Complementar nº 38 de 27 de dezembro de 1993** e **art. 63 da Constituição do Estado do Acre**.

Destarte, a seguir, nos quadros 1 e 2, estão relacionadas algumas relevantes considerações da Constituição Estadual e de Leis específicas a respeito das atividades realizadas pela Corte de Contas do Estado do Acre.

Quadro 1 – Competências do TCE/AC conferidas pela Constituição Estadual.

• <i>Apreciar as contas anuais prestadas pelo governador do Estado (art. 61, I).</i>
• <i>Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos (art. 61, II).</i>
• <i>Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões (art. 61, III).</i>
• <i>Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação da Assembléia Legislativa (art. 61, IV).</i>
• <i>Fiscalizar a aplicação de recursos do Estado repassados aos Municípios (art. 61, V).</i>
• <i>Prestar informações à Assembléia Legislativa sobre fiscalizações realizadas (art. 61, VI).</i>
• <i>Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos (art. 61, VII, VIII e X).</i>
• <i>Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa (art. 61, IX).</i>
• <i>Apreciar as contas anuais prestadas pelos prefeitos Municipais (art. 61, XI).</i>
• <i>Fiscalizar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios (art. 61, XII).</i>
• <i>Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Assembléia Legislativa, sobre despesas realizadas sem autorização (art. 62, § 1º).</i>
• <i>Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos públicos Estadual e/ou Municipais (art. 64, § 2º).</i>

Quadro 02 – Competências do TCE/AC conferidas por leis específicas.

• <i>Decidir sobre consulta formulada a respeito de dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares (Lei Complementar Estadual nº 38, de 1993 – art. 37, VII).</i>
• <i>Decidir sobre representação acerca de irregularidade em processo licitatório (Lei Federal nº 8.666, de 1993 – art. 113, § 1º).</i>
• <i>Elaborar pareceres prévios das contas prestadas pelo governador do Estado e pelos chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo chefe do Ministério Público Estadual (Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – LRF, art. 56).</i>
• <i>Fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – LRF – art. 59).</i>
• <i>Processar e julgar infrações administrativas contra as leis de finanças públicas (Lei nº 10.028, de 2000 – art. 5, § 2º).</i>

1. A ESTRUTURA DO TRIBUNAL

Integram a organização do Tribunal de Contas o **órgão deliberativo**, formado pelo Plenário, Corpo Deliberativo e as Câmaras; **os órgãos de administração superior**, composto pela Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria; **os órgãos especiais**, constituídos pela Ouvidoria e Escola de Contas; **o Corpo Especial** ordenado pelos Auditores; **o Ministério Público de Contas**; **o Corpo Técnico**, composto pelos órgãos da Auditoria

Financeira e Orçamentária; e, o **Corpo de Apoio Operacional**, organizado pelos Órgãos de Administração e Finanças.

1.1 Tribunal Pleno e seus membros

O Tribunal de Contas do Estado do Acre tem quadro próprio e independência administrativa e financeira. É um órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Tribunal Pleno. A este compete, entre outras atribuições, a emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e dos demais Administradores e responsáveis por recursos públicos. O Tribunal Pleno é constituído por sete Conselheiros, sendo presidido por um dos Conselheiros.

Os conselheiros do Tribunal de Contas são escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, que apresentam notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, e de administração pública, com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional. Dois são escolhidos pelo Governador, precedida a nomeação de aprovação da Assembléia Legislativa; e os demais são de escolha da Assembléia Legislativa.

1.2 Auditores

A Corte de Contas do Acre é composta ainda, pelo quadro de Auditores, em número de 02 (dois), sendo que, atualmente, apenas 01 (uma) vaga encontra-se provida. Aos auditores compete, entre outras atribuições, a emissão de parecer nos processos relativos à Prestação de Contas anuais, além de substituir os Conselheiros nas suas faltas e impedimentos.

1.3 Ministério Público de Contas

Atua, junto ao Tribunal de Contas, o Ministério Público de Contas, composto por um quadro de quatro Procuradores, sendo um Procurador Geral. Competente ao MPE *a fiscalização da correta aplicação da lei, devendo intervir, obrigatoriamente, em todos os processos de competência jurisdicional do Tribunal de Contas.*

Nas Sessões de Julgamento, é obrigatória a presença do representante do Ministério Público de Contas.

1.4 Corregedoria

A Corregedoria do Tribunal de Contas do Acre foi instituída para a fiscalização, orientação e disciplina processual, com atuação na área de jurisdição do TCE/AC. A função de corregedor é exercida por um dos Conselheiros, eleitos pelo Tribunal Pleno, nos termos do **inciso II do artigo 37, da Lei Complementar nº 38, de 27 de dezembro de 1993.**

Compete ao Corregedor, entre outras atribuições, *o zelo pela correta aplicação da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal e demais instruções normativas ou administrativas baixadas pela Corregedoria e pelo Tribunal.* A Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre exerce suas funções conforme as competências estabelecidas nos **Art. 16, 17, 18 e 19 da Resolução-TCE/AC nº 30, de 28 de novembro de 1996 (Regimento Interno do TCE-AC).**

1.5 Ouvidoria

Instituída pela Lei Complementar nº 192, de 31 de dezembro de 2008, que alterou e acresceu dispositivos à Lei Complementar nº 38/1993, a Ouvidoria integra a Organização do Tribunal de Contas do Estado do Acre como órgão especial, e é o canal direto entre a Egrégia Corte de Contas e o cidadão.

Por meio da Resolução-TCE/AC nº 68, de 02 de dezembro de 2010, foram estabelecidas normas para o funcionamento da Ouvidoria. Através do art. 1º desta Resolução, observa-se que a Ouvidoria tem por objetivo contribuir para melhoria da gestão pública dos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal.

Art. 1º A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre é o canal de comunicação entre a Instituição e a sociedade e **tem por objetivo contribuir para melhoria da gestão pública dos órgãos e entidades a ele jurisdicionados**, devendo atuar na defesa dos princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, face os atos administrativos praticados por autoridades, servidores funcionários e administradores públicos. (**grifamos**)

A ouvidoria é dirigida pelo Conselheiro Ouvidor, e dentre outras atribuições, compete à ela promover a co-participação da sociedade na missão de controlar a administração pública, garantindo maior transparência, eficiência e visibilidade das ações do Tribunal.

São canais de contato com a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre:

- E-mail ouvidoria@tce.ac.gov.br;
- Formulário de comunicação no site www.tce.ac.gov.br/ouvidoria;
- Carta endereçada à Av. Ceará, n. 2994, CEP 69.918-111 – Rio Branco – Acre;
- Telefones (68) 3025-2089 e 0800-600-2080 (ligação gratuita);
- Visita *in loco* a sede do Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 7 às 13h.

1.6 As câmaras

As câmaras são órgãos deliberativos do Tribunal de Contas instituídas pela Lei Complementar nº 192, de 31 de dezembro de 2008. Em número de duas, cada Câmara será constituída por três membros, incluído seu Presidente, e dois de seus membros, serão escolhidos por sorteio, realizado na última sessão ordinária do Tribunal Pleno, para vigor no ano seguinte.

O art. 3º-A, §§3 e 4, destaca a competência de cada uma das Câmaras:

§3º Compete à Primeira Câmara decidir sobre processos pertinentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial dos municípios, incluídas as entidades da administração

indireta municipal, além das demais atribuições fixadas no regimento Interno.

§4º Compete à Segunda Câmara, além das atribuições fixadas no Regimento Interno, instituir e examinar a legalidade de atos e procedimentos licitatórios, de modo especial dos editais, das atas de julgamento e dos contratos celebrados pelo Estado e pelos Municípios, bem como dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação e, com parecer conclusivo, submete-lo à decisão plenária.

As Câmaras serão presididas uma pelo Vice-Presidente e a outra pelo Conselheiro mais antigo que a integrar, e junto à ambas funciona um Procurador do Ministério Público de Contas.

1.7 Secretaria das Sessões

A Secretaria das Sessões organiza as diversas matérias que devem ser apreciadas ou julgadas, sob a forma de processos. Nas atividades do Plenário, em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes, assessora o Presidente e demais membros. Elabora e controla publicações de decisões, papeletas de julgamento, acórdãos, pareceres prévios, resoluções, averbações, registro e autuação de processos, distribuição de processos, prazos processuais (mandados, notificações, alertas), arquivamento de processos, emissão de certidões e outros.

1.8 Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária

A função de Controle Externo da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos jurisdicionados, é exercida pelo Tribunal, por meio da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO. Esta se desdobra em quatro Inspeorias Gerais de Controle Externo – IGCE's, que atuam em áreas específicas de controle, como segue:

- **1ª Inspeoria Geral de Controle Externo** – Destinada para atuar no Controle Externo de órgãos da Administração Direta Estadual, Poderes Legislativo e

Judiciário do Estado, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado;

- **2ª Inspeção Geral de Controle Externo** – Destinada para atuar no Controle Externo de órgãos da Administração Direta dos Municípios e Câmaras Municipais;
- **3ª Inspeção Geral de Controle Externo** – Destinada para atuar no Controle Externo de Autarquias e Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e Municípios;
- **4ª Inspeção Geral de Controle Externo** – Destinada para atuar no Controle Externo de Fundos Especiais, sobre os registros de admissão, aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos do Estado e Municípios.
- **5ª Inspeção Geral de Controle Externo** – Criada através da Lei Complementar nº 259, de 29 de janeiro de 2013, é destinada para atuar no Controle Externo relativo aos serviços de obras e engenharia e ao meio ambiente e sua preservação e recuperação, instituídos pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal.

As IGCE's têm a seu cargo o exame das demonstrações contábeis das unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; a instrução dos processos de julgamento da regularidade das contas dos Administradores e demais responsáveis, aposentadorias e demais atos de pessoal, bem como a realização das inspeções e auditorias julgadas necessárias, em conformidade com a legislação em vigor.

1.9 Diretoria de Administração e Finanças

As funções de natureza administrativa, bem como as de natureza orçamentária e financeira, necessárias ao funcionamento e manutenção do Tribunal de Contas, são exercidas pela Diretoria de Administração e Finanças - DAF, que se desdobra na Divisão do Setor Financeiro, Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Serviços Administrativos.

1.10 Escola de Contas

Por meio da Resolução-TCE/AC nº 51, de 19 de fevereiro de 2004, foi criada a Escola de Contas "Conselheiro Alcides Dutra de Lima", diretamente vinculada à Presidência da Corte, destinada, *a promover o desenvolvimento profissional dos Membros e servidores do Tribunal de Contas.*

Desta forma, compete a Escola de Contas, dentre outras atribuições, a promoção de cursos de formação e de aperfeiçoamento profissional, com atividades de treinamento e desenvolvimento técnico nas áreas de atuação do Tribunal de Contas, a capacitação de servidores e agentes da Administração Pública, conforme necessário.

1.11 Controle Interno

A Resolução TCE/AC nº 71, de 10 de maio de 2012, criou a Unidade de Controle Interno no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Acre, vinculada à Presidência, instituída para o assessoramento ao Presidente na supervisão da correta gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Acre, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

O art. 3º da Resolução supracitada destaca que o Controle Interno é responsável pela implantação de métodos e práticas operacionais a serem empregadas por todas as demais unidades que compõem a estrutura do Tribunal, de forma a enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que os objetivos e metas da instituição serão atingidos, observando-se os princípios da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade.

2. ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ACRE EM 2017

2.1 Secretaria das Sessões

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DAS SESSÕES - 2017.

As atividades do Plenário são desenvolvidas pela Secretaria das Sessões e consistem no assessoramento ao Presidente da Corte e aos membros do Plenário, bem como Secretariar as Sessões Ordinárias do Pleno e das Câmaras, Extraordinárias, Especiais e Solenes, além da confecção da Pauta de Julgamento das Sessões do Pleno e das Câmaras, elaboração de Certidões de Julgamento, Papeletas de Vistas e Medidas Cautelares e controle das publicações de Decisões (Acórdãos, Pareceres Prévios, Resoluções e outros), e emissão de Certidões Negativas, Averbações, Trânsitos em Julgado e emissão de Certidões Negativas e outros, Registro e Autuação de Processos, Distribuição de Processos, Prazos Processuais (Mandados, Notificações, Cientificações, Alertas), Instrução Processual (juntada de defesas) e Arquivamento de Processos, conforme demonstrativo abaixo:

1 - SESSÕES REALIZADAS:	Quant.
Pleno	38
1ª Câmara	10
2ª Câmara	12
Especial e/ou Solene	01
Total	61

2- ATOS EXPEDIDOS E PROCEDIMENTOS REALIZADOS:	Quant.
Ata Especial Solene	01
Atas Ordinárias (Plenário)	39
Atas Ordinárias (1ª Câmara)	10

Atas Ordinárias (2ª Câmara)	12
Averbação	62
Certidões de Arquivamento	294
Certidões de Julgamento (Pleno – processos físicos)	590
Certidões de Julgamento (Pleno – processos eletrônicos)	05
Certidões de Julgamento (1ª Câmara – processos físicos)	582
Certidões de Julgamento (1ª Câmara – processos eletrônicos)	94
Certidões de Julgamento (2ª Câmara – processos físicos)	814
Certidões de Julgamento (2ª Câmara – processos eletrônicos)	258
Certidões Negativas	209
C.I CPD	07
C.I. Corregedoria-TCE/AC	08
C.I. DAFO	88
C.I. MPC	12
Cientificação por Decreto	02
Citação por Diário Eletrônico de Contas	989
Citação por Edital	17
Citação por Oficial	199
Digitalização de processo/ Acórdão	31
Diversos Recebidos (Recursos Interpostos, Solicitação de cópia de processos, Justificativas/Defesas/Solicitação de prorrogação de prazo, etc.)	1299
Instrução Normativa	02
Mandado de Intimação	
Notificações pelo Diário Eletrônico de Contas	1319
Notificação por Edital	72
Ofício de Notificação	34
Ofício de Cientificação	57
Ofício para Dar Conhecimento	16
Ofício de Comunicação	06
Ofício de encaminhamento e remessa	50
Pauta de Julgamento (Pleno, 1ª Câmara e 2ª Câmara)	45
Trânsito em Julgado	635
Papeleta de Medida Cautelar	14
Papeleta de Pedido de Vista	10
Papeleta Solteira	29
Remessas	251

Resolução	04
Total	8166

3- ATOS PUBLICADOS:	Quant.
Acórdãos (Pleno)	459
Acórdãos (1ª Câmara)	445
Acórdãos (2ª Câmara)	602
Instrução Normativa	05
Parecer Prévio	31
Papeleta de Julgamento	10
Resolução	01
Total	1553

Pleno:

4 – PROCESSOS INCLUÍDOS NA PAUTA DE JULGAMENTO:	Quant.
Análise de Concorrência de Contrato	02
Análise de Despesas do TCE/AC	01
Análise de Documentação	05
Apurar legalidade	04
Apurar possíveis irregularidades	07
Apurar responsabilidade	13
Auditoria	17
Averiguar possibilidade de existência de sobrepreço	01
Consulta	23
Concorrência Pública	03
Denúncia	32
Embargos de Declaração	11
Inspeção	40
Pedido de Revisão	27
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	157
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	05

Prestação de Contas de Câmaras	33
Prestação de Contas da Controladoria	01
Prestação de Contas do Governo	01
Prestação de Contas de Prefeituras	26
Prestação de Contas da Procuradoria	04
Prestação de Contas da Polícia Militar	01
Prestação de Contas dos Bombeiros	02
Prestação de Contas do Tribunal de Justiça	01
Prestação de Contas do Tribunal de Contas	02
Recurso	69
Processo Eletrônico – Relatório de Atividade do TCE/AC	03
Representação	07
Situação – Pregão Presencial	02
Tomada de Contas	42
Tomar Conhecimento	01
Verificação – Cumprimento de lei (Observância; apurar cumprimento e acompanhamento)	06
Verificar Irregularidades	01
Total	550

4.1 – EXTRA PAUTA- (inclusão)	Quant.
Apurar responsabilidade na realização de concurso público (Medida Cautelar)	01
Inspeção	03
Proposta de Instrução Normativa	01
Proposta de Resolução	01
Representação	01
Medida Cautelar – Inspeção	05
Total	12

4.2 – PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA DE JULGAMENTO:	Quant.
Análise de Concorrência de Contrato	04
Apurar legalidade	01
Auditoria	05
Apurar Responsabilidade	03
Concorrência Pública	02
Denúncia	03
Embargos de Declaração	02
Inspeção	05
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	29
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	03
Prestação de Contas da Câmara	03
Prestação de Contas da Procuradoria	01
Prestação de Contas de Prefeitura	07
Pedido de Revisão	02
Representação	02
Recurso	09
Tomada de Contas	17
Total	98

4.3 – PEDIDO DE VISTA:	Quant.
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	02
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	02
Recurso	01
Inspeção	02
Total	07

4.4– PROCESSO TRANSFORMADO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA:	Quant.

Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	01
Prestação de Contas do CEJUR-PGE	01
Prestação de Contas do FUNDEB	01
Total	03

4.5- PROCESSOS APRECIADOS/JULGADOS:	Quant.
Análise de Documentação	06
Análise de Despesas do TCE/AC	01
Aplicabilidade da Lei Complementar	01
Apurar irregularidades	08
Apurar a legalidade	01
Apurar Responsabilidade	09
Apurar supostas irregularidades	01
Auditoria	12
Averiguar possibilidade de existência de sobrepreço	01
Concorrência Pública	01
Consulta	23
Denúncia	29
Embargo de Declaração	09
Inspeção	33
Pedido de Revisão	25
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	123
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	01
Prestação de Contas da Controladoria	01
Prestação de Contas de Câmaras	30
Prestação de Contas do Governo	01
Prestação de Contas de Prefeituras	19
Prestação de Contas do Corpo de Bombeiros	02
Prestação de Contas do Polícia Civil	01
Prestação de Contas do Polícia Militar	01
Prestação de Contas da Procuradoria	03
Prestação de Contas do TCE/AC	02

Prestação de Contas do Tribunal de Justiça	01
Recurso	59
Relatório Anual do TCE/AC	01
Processo Eletrônico – Relatório de Atividades de TCE/AC	03
Representação	06
Situação – Pregão Presencial	02
Tomada de Contas	39
Tomar Conhecimento	01
Verificação – Cumprimento de lei (Observância; apurar cumprimento e acompanhamento)	06
Verificar irregularidades	01
Verificação do Pregão Presencial	
Total	463

1ª Câmara:

5 – PROCESSOS INCLUÍDOS NA PAUTA DE JULGAMENTO:	Quant.
Aposentadoria (Eletrônico)	01
Aposentadoria	208
Apurar responsabilidade	258
Incorporação Salarial	07
Inspeção	05
Reforma – Reserva Remunerada	45
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Assembleia Legislativa	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Câmara	24
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – MPE/AC	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Prefeitura	20
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – TCE/AC	02
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – TJ	02
Processo Eletrônico - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	47
Verificar o Cumprimento de Lei	01
Total	622

5.1 – PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA DE JULGAMENTO:	Quant.
Aposentadoria (Eletrônico)	01
Aposentadoria (Físico)	14

Apurar responsabilidade	25
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Prefeitura	02
Processo Eletrônico - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	03
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal da Câmara	02
Reserva Remunerada	01
Total	48

5.2 – PEDIDO DE VISTA:	Quant.
Total	-

5.3– PROCESSO TRANSFORMADO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA:	Quant.
Total	-

5.4– PROCESSOS APRECIADOS/JULGADOS:	Quant.
Aposentadoria (Eletrônico)	-
Aposentadoria (Físico)	194
Apurar responsabilidade	63
Apurar responsabilidade/Contratação Irregular de Servidor	170
Incorporação Salarial	07
Inspeção	05
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Assembleia Legislativa	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Prefeitura	16
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – TCE/AC	04
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – TJ	02
Processo Eletrônico – Relatório Resumido da Execução Orçamentária	37
Processo Eletrônico – Relatório de Gestão Fiscal de Câmara	22
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – MPE/AC	01
Processo Eletrônico – Relatório Resumido	07
Reserva Remunerada	71
Verificar o cumprimento de lei	01
Total	601

2ª Câmara:

6 – PROCESSOS INCLUÍDOS NA PAUTA DE JULGAMENTO	Quant.
Aposentadoria (Eletrônico)	13
Aposentadoria (Físico)	197
Apurar responsabilidade	419
Incorporação Salarial	03
Inspeção	23
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Defensoria Pública	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Ministério Público Estadual	02
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – TCE/AC	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal de Câmara	31
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal de Prefeitura	34
Processo Eletrônico - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	62
Reforma – Reserva Remunerada	54
Verificação – Cumprimento de lei	01
Verificação – Cumprimento da Resolução	02
Total	843

6.1 – PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA DE JULGAMENTO	Quant.
Aposentadoria (Eletrônico)	01
Aposentadoria (Físico)	03
Apurar responsabilidade	26

6.2 – PEDIDO DE VISTA:	Quant.
Total	-
Total	30

6.3– PROCESSO TRANSFORMADO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA (2ª CÂMARA):	Quant.
Total	-

6.4– PROCESSOS APRECIADOS/JULGADOS:	Quant.
Aposentadoria (Eletrônico)	12
Aposentadoria (Físico)	194
Apurar responsabilidade	393
Incorporação Salarial	03
Inspeção	23
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Defensoria Pública	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – Ministério Público Estadual	02
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal – TCE/AC	01
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal de Câmara	31
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal de Prefeitura	34
Processo Eletrônico - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	37
Processo Eletrônico – Relatório Resumido	25
Reforma – Reserva Remunerada	54
Verificação – Cumprimento de lei	01
Verificação – Cumprimento da Resolução	02
Total	813

7– PROCESSOS REGISTRADOS, AUTUADOS e DISTRIBUIDOS:	Quant.
Apurar Legalidade	02
Apurar Responsabilidade	479
Auditoria Operacional	02
Auditoria de Conformidade	02
Consulta	21
Representação	12
Denúncia	26
Apurar Responsabilidade	01
Inspeção – Apurar Responsabilidade	07
Inspeção – Ato de Pessoal	48
Inspeção – Contrato	02
Inspeção – Convênio	01
Inspeção - Licitação	12
Prestação de Contas – Apurar Responsabilidade	05

Processo Administrativo – Proposta de Instrução Normativa	03
Processo Administrativo – Proposta de Resolução	05
Recurso – Embargo de Declaração	12
Recurso – Pedido de Revisão	35
Recurso – Recurso de Reconsideração	70
Tomada de Contas – Especial	25
Tomada de Contas – Ordinária	01
Levantamento – Levantamento de Dados Estatísticos	01
Total	772

8- PROCESSOS DISTRIBUÍDOS A CONSELHEIROS (APOSENTADORIAS):	Quant.
Conselheiro José Augusto Araújo de Faria	19
Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia (redistribuição - art. 64, §4º do RI)	78
Conselheiro Antônio Jorge Malheiro	19
Conselheiro Antonio Cristóvão Correia de Messias	19
Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro	18
Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo	17
Conselheira Substituta: Maria de Jesus Carvalho de Souza	18
Total	188

9 – PROCESSOS ARQUIVADOS:	Quant.
Total	2.044

10 – PROCESSOS DESARQUIVADOS	Quant.
Empréstimo para consulta com controle no livro de protocolo	544
Processos devolvidos ao arquivo	469
Aguardando devolução	75
Processos retirados do arquivo para apensamento	11
Total	1.099

11 – SETOR DE APOSENTADORIA	Quant.
Processos para Registro	548
Processos envidados ao ACREPREVIDÊNCIA	286
Processos Editais Publicados	807
Processos para Arquivo	1.298
Total	2.939

12 – Condenações e Sanções Aplicadas	Quant.
Acórdãos 1ª Câmara	119
Acórdãos 2ª Câmara	93
Acórdãos Pleno	133
Total	345

2.2. Atividades da Auditoria

A Auditoria – com competências definidas no Capítulo III da Lei Complementar nº. 38/1993 – desenvolveu, ao longo do ano de 2017, as seguintes atividades:

1. Participação – conforme dispõe o art. 17, III, da Lei Complementar nº. 38/1993 – da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza como membro nas **Sessões da 1ª Câmara** seguintes:

Nº. da Sessão	Data
47ª	08/02/2017
48ª	08/03/2017
49ª	12/04/2017
51ª	12/07/2017
52ª	09/08/2017
54ª	11/10/2017
55ª	10/11/2017
56ª	13/12/2017

2. Convocação – conforme dispõe o art. 17, III, da Lei Complementar nº. 38/1993 – da Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza como membro substituto nas **Sessões Plenárias Ordinárias** seguintes:

Nº. da Sessão	Data	Observações
1269 ^a	26/01/2017	Votando em todos os processos.
1270 ^a	02/02/2017	Votando no Julgamento do Processo Eletrônico 102.787 (Relatório de Atividades do TCE/AC ref. ao 3º Trimestre/2016); e Relatando e submetendo a proposição de Medida Cautelar o Processo 23.496.2017-40.
1271 ^a	09/02/2017	Votando em todos os processos.
1272 ^a	16/02/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a proposição de Medida Cautelar o Processo 23.556.2017-90
1273 ^a	23/02/2017	Votando em todos os processos.
1274 ^a	09/03/2017	Votando em todos os processos.
1276 ^a	23/03/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a proposição de Medida Cautelar o Processo 23.604.2017-20.
1279 ^a	20/04/2017	Votando em todos os processos.
1280 ^a	27/04/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.648.2017-20.
1281 ^a	04/05/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.604.2017-20.
1286 ^a	08/06/2017	Votando em todos os processos.
1288 ^a	29/06/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.504.2017-10.
1289 ^a	06/07/2017	Votando em todos os processos.
1290 ^a	13/07/2017	Votando em todos os processos.
1296 ^a	24/08/2017	Votando em todos os processos.
1301 ^a	19/10/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.719.2017-70.

1302 ^a	26/10/2017	Votando em todos os processos.
1303 ^a	09/11/2017	Votando em todos os processos.
1304 ^a	23/11/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.827.2017-50.
1306 ^a	07/12/2017	Votando em todos os processos.
1307 ^a	14/12/2017	Votando em todos os processos; e Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.927.2017-60.

3. Participação – conforme dispõe o art. 17, III, da Lei Complementar nº. 38/1993 – da Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza como membro substituto nas **Sessões Plenárias Ordinárias** seguintes:

Nº. da Sessão	Data	Observações
1285 ^a	01/06/2017	Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.666.2017-90.
1295 ^a	17/08/2017	Relatando e submetendo a julgamento o Processo 23.496.2017-40.

4. Gozo das férias regulares da Auditora de Controle Externo Maria Ilanice Lima de Souza no período de 09 a 28 de janeiro de 2017 e de 22 a 31 de março de 2017;
5. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza no Seminário "**Gestão Pública Municipal**" ocorrido em Brasileia/AC no dia 24 de janeiro de 2017, conforme Portaria nº. 068/2017;
6. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, representando o Conselheiro Presidente Valmir Gomes Ribeiro, na posse da Defensora Geral da Defensoria Pública do Estado, no dia 30 de janeiro de 2017;
7. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, representando o Conselheiro Presidente Valmir Gomes Ribeiro, na Sessão Solene de abertura oficial dos trabalhos legislativos da Câmara Municipal de Rio Branco/AC, no dia 1º de fevereiro de 2017;

8. Designação da Auditora de Controle Externo Nucineide Celestino de Lima para compor a Comissão de Sindicância, conforme Portaria Corregedoria nº 01/2017;
9. Participação da Auditora de Controle Externo Nucineide Celestino de Lima na Comissão de Sindicância, atuando como membro, para apurar o disposto no Processo Administrativo nº 123.098, conforme Portaria Corregedoria nº 02/2017;
10. Participação da Auditora de Controle Externo Nucineide Celestino de Lima na Comissão de Sindicância, atuando como membro, para apurar o disposto no Processo Administrativo nº 123.451, conforme Portaria Corregedoria nº 03/2017;
11. Participação da Auditora de Controle Externo Nucineide Celestino de Lima na Comissão de Sindicância, atuando como membro, para apurar o disposto no Processo Administrativo nº 123.452, conforme Portaria Corregedoria nº 04/2017;
12. Participação da servidora Nucineide Celestino de Lima no curso **Redação de Relatório de Auditoria**, no período de 28 a 29 de março de 2017;
13. Expedidas decisões monocráticas por meio de medidas cautelares no âmbito dos processos nºs 23.496.2017-40, 23.556.2017-90, 23.598.2017.70, 23.604.2017-20, posteriormente ratificadas pelo Pleno deste Tribunal;
14. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza no **Treinamento com Base no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC)** ocorrido em São Luiz/MA no período de 10 a 13 de maio de 2017, conforme Portaria nº. 234/2017;
15. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza no **VI Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas**, realizado pela Escola Superior de Contas em Porto Velho/RO no período de 24 a 26 de maio de 2017, conforme Portaria nº. 246/2017;
16. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza no Seminário **“Encontro Técnico TCE e os Municípios 2017”** ocorrido em Cruzeiro do Sul/AC nos dias 19 e 20 de junho de 2017, conforme Portaria nº. 282/2017;
17. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza na **Assembleia Geral da AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas** em Brasília/DF no período de 09 a 12 de agosto de 2017, conforme Portaria nº. 343/2017;

18. Encaminhamento à Presidência de uma minuta de Instrução Normativa para alterar a IN nº 07/2017, a fim de manter nos autos apenas uma Certidão de Julgamento, de responsabilidade da Secretaria das Sessões, constando ainda, a definição das assinaturas nos Acórdãos dos processos físicos;
19. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza na **Visita Técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES como parte das atividades desenvolvidas pela Comissão de Garantia da Qualidade responsável por analisar os processos de avaliação dos TCs com base no Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC)** na cidade de Vitória no período de 27 a 31 de agosto de 2017, conforme Portaria nº. 370/2017;
20. Gozo das férias regulares da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza no período de 18 de setembro a 07 de outubro de 2017;
21. Gozo das férias regulares do Auditor de Controle Externo Antonio Oliveira Neto no período de 05 a 31 de outubro de 2017;
22. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza na **Visita Técnica ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO como parte das atividades desenvolvidas pela Comissão de Garantia da Qualidade responsável por analisar os processos de avaliação dos TCs com base no Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC)** na cidade de Porto Velho no período de 15 a 18 de outubro de 2017, conforme Portaria nº. 433/2017;
23. Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza no **III Encontro Técnico TCE e os Municípios 2017** na cidade de Cruzeiro do Sul no período de 05 a 09 de novembro de 2017, conforme Portaria nº. 457/2017;
24. Encaminhamento à Presidência de 11 (onze) processos relatados pela Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, para julgamento em Sessões do Pleno, conforme dados demonstrados a seguir:

Natureza	Quantidade
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	02
CONSULTA	01
INSPEÇÃO	02

LICITAÇÃO	01
PEDIDO DE REVISÃO	01
RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	04
Total de Processos	11

25. Encaminhamento à 1ª Câmara de 143 (cento e quarenta e três) processos relatados pela Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, julgados em Sessões da supracitada Câmara, conforme dados demonstrados a seguir:

Natureza do Processo	Quantidade
APOSENTADORIA	60
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	38
INSPEÇÃO	04
REFORMA	02
RESERVA REMUNERADA	23
RGF	08
RREO	08
Total de Processos	143

2.3. Atividades do Ministério Público de Contas

Esta instituição estruturada junto ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, composta dos Procuradores Anna Helena de Azevedo Lima, João Izidro de Melo Neto, Mario Sérgio Neri de Oliveira (chefe para o biênio 2016/2017) e Sérgio Cunha Mendonça, exerceu, no ano em referência, as atividades de sua competência, previstas nos artigos 21 e 23, da Lei Complementar Estadual nº 38, de 27.12.93, mais especificamente, fiscalizou a correta aplicação da lei, intervindo, obrigatoriamente, em todos os processos e compareceu a todas as sessões desta Corte, participando dos debates.

No aludido período, tramitaram neste *parquet* **2.607** (dois mil seiscentos e sete) processos diversos e foram emitidos, ainda, **2.415** (dois mil quatrocentos e quinze) pronunciamentos em processos destinados a julgamento ou apreciação pelo Tribunal, conforme demonstrado no consolidado trimestral, anexo.

Ademais, foram interpostos no período em questão 02 (dois) pedido de revisão, 09 (nove) recursos de reconsideração e 07 (sete) representações.

Movimentação processual do Ministério Público de Contas CONSOLIDADO 2017

Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Entradas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Saídas
ADMINISTRATIVOS	2	6	6	4	6	1	1	1	1	2	1	0	31	2	1	8	6	6	2	0	1	1	2	0	0	29
APOSENTADORIAS	55	26	37	31	66	50	43	72	69	55	50	24	578	24	28	54	19	45	48	32	49	71	55	86	38	549
APURAR RESPONSABILIDADE	104	116	122	111	77	61	95	85	55	65	42	55	988	77	86	127	82	117	58	47	115	66	59	35	53	922
AUDITORIAS	3	5	3	3	2	1	1	3	1	2	4	1	29	0	3	5	1	5	1	1	2	0	1	4	0	23
CONSORCIO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
CONSULTAS	2	2	2	3	4	5	3	2	0	0	2	1	26	1	1	2	3	3	2	1	7	0	1	1	0	22
CONTRATOS	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DENÚNCIAS	1	2	2	2	1	1	4	5	2	0	1	5	26	0	1	2	2	0	3	2	3	2	4	0	2	21
INCOPOÇÃO SALARIAL	0	0	2	2	0	1	1	2	0	1	0	0	9	0	0	0	2	2	0	1	2	2	1	0	0	10
INSPEÇÕES	4	16	12	5	5	7	19	6	7	4	9	3	97	0	12	16	5	3	7	13	9	8	5	2	5	85
LICITAÇÕES	1	1	0	0	1	3	0	3	1	1	1	0	12	0	1	1	0	0	1	0	3	1	1	2	1	11
MPC - PEDIDO DE REVISÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
MPC - REPRESENTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
PEDIDO DE REVISÃO	1	5	1	3	0	8	2	6	6	6	0	4	42	1	0	1	5	2	2	4	3	7	1	1	3	30
PENSÕES	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
PRESTAÇÕES DE CONTAS	30	24	29	22	26	27	22	17	20	9	12	17	255	9	18	33	21	23	12	22	24	22	21	12	10	227
RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	0	0	0	0	2	1	1	0	2	0	0	0	6	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0	0	5
RECURSO EMBARGO DE DECLARAÇÃO	0	0	1	2	2	2	1	1	0	2	3	1	15	0	0	0	1	0	3	2	1	1	0	4	2	14
RECURSO RECONSIDERAÇÃO	9	5	7	7	10	7	9	7	13	19	10	2	105	1	2	13	3	5	12	6	5	11	8	12	7	85
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	7	13	6	1	15	4	50	9	1	18	20	11	155	6	4	17	1	13	3	30	26	4	12	24	10	150
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6	14	2	1	13	15	44	10	12	7	7	13	144	2	10	10	0	14	7	24	30	12	7	3	16	135
REPRESENTAÇÃO	2	1	0	2	1	0	0	1	0	2	4	0	13	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	2	1	7
TOMADA DE CONTAS	6	20	7	8	6	8	3	8	8	6	7	2	89	2	3	19	7	6	10	5	5	3	9	7	5	81
Total Geral	233	256	223	207	237	203	299	239	199	199	173	139	2.607	125	171	310	160	244	175	191	286	217	187	196	153	2.415

FONTE: MPC

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS					
Processo	Data Entrada	Natureza	Ácordão	Ano	Data Saída
24.040.201.790	11/08/2017	PEDIDO DE REVISÃO	10.177	2.017	13/08/2017
24.069.201.750	28/07/2017	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	10.335	2.017	28/07/2017
24.085.201.701	01/09/2017	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	10.331	2.017	01/09/2017
24.136.201.760	28/09/2017	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	10.453	2.017	28/09/2017
24.132.2017-20	27/09/2017	REPRESENTAÇÃO		2.017	27/09/2017
24.140.2017-01	27/09/2017	REPRESENTAÇÃO		2.017	27/09/2017
24.141.2017-00	27/09/2017	REPRESENTAÇÃO		2.017	27/09/2017
24.215.201.780	09/11/2017	RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	10.480	2.017	09/11/2017
24.205.201.790	14/11/2017	MPC - REPRESENTAÇÃO		2.017	13/11/2017
24.218.201.700	20/11/2017	RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	10.517	2.017	20/11/2017
24.220.201.720	24/11/2017	MPC - REPRESENTAÇÃO		2.017	24/11/2017
24.262.201.810	08/12/2017	RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	10.528	2.017	08/12/2017
24.218.201.700	20/11/2017	RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	10.517	2.017	20/11/2017
24.215.201.780	09/11/2017	RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	10.480	2.017	09/11/2017
24.254.201.840	28/11/2017	MPC - PEDIDO DE REVISÃO	10.346	2.017	28/11/2017
24.205.201.790	13/11/2017	MPC - REPRESENTAÇÃO		2.017	13/11/2017
24.220.201.720	24/11/2017	MPC - REPRESENTAÇÃO		2.017	24/11/2017
NÃO AUTUADO	09/11/2017	RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO	1.663	2.017	09/11/2017

FONTE: MPC

NATUREZA DO PROCESSOS	QUANTIDADE
PEDIDO DE REVISÃO	2
RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	9
REPRESENTAÇÃO	7
TOTAL	18

2.4. Atividades da Corregedoria

A Corregedoria exerceu no trimestre de referência, as atividades de sua competência, previstas no art. 3º - C, da Lei Complementar Estadual nº 38, de 27 de dezembro de 1993, e no art. 19 do Regimento Interno do Tribunal.

Durante o ano de 2017, foram recebidos 305 (trezentos e cinco) processos diversos, e, ainda, foram encaminhados 279 (duzentos e setenta e nove) processos.

Foram expedidas 68 (sessenta e oito) certidões especificando a correção de procedimentos no que tange ao trâmite processual, também foram expedidas 08 (oito) Comunicações Internas e 199 (cento e noventa e nove) despachos.

Em se tratando do trâmite processual, bem como a agilização, controle e gerenciamento dos processos registrados e autuados neste Tribunal, realizou-se diversas correções nos processos que estão em migração, que posteriormente foram localizados, garantindo assim regular tramitação de tais feitos.

Por meio da Portaria nº 250/2017 TCEAC, da Presidência do TCEAC, foi constituída comissão para digitalização dos processos da 4ª Inspeção Geral de Controle Externo, ficando tal encargo sob a supervisão da Corregedoria desta Corte de Contas, durante o ano de 2017 foram finalizados 826 processos.

O procedimento de transformação de processos físicos em digitais engloba as seguintes fases:

- Conferência da documentação;
- Digitalização;
- Encaminhamento do processo digitalizado para análise técnica na 4ª IGCE;
- Arquivamento do Processo Físico na Secretaria das Sessões.

Por meio das Portarias nº 02, 03 e 04/2017, foram instaladas três sindicâncias objetivando a apuração de fatos diversos, todas essas sindicâncias foram concluídas no ano de 2017.

2.5. Ouvidoria

As atividades da Ouvidoria consistem no recebimento de Denúncias e no assessoramento às pessoas que fazem essas denúncias, bem como encaminhar Ofícios solicitando explicações e informações sobre esses assuntos, além de auxiliar diretamente a Ouvidora em tudo que for condizente à Ouvidoria. Demonstrativo abaixo:

1 – DENÚNCIAS:	Quant.
JANEIRO A DEZEMBRO	89
Total	89

2- OFÍCIOS EXPEDIDOS:	Quant.
Ofícios de Notificação	03
Total	03

3- C.I. Recebidas e expedidas	Quant.
Recebidas	00
Expedidas	58
Total	58

4- Documentos recebidos via e-mail	Quant.
Recebidas	00

2.6. Atividades da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO

APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária (DAFO) tem por finalidade coordenar os projetos, supervisionar as atividades inerentes às ações de controle externo e orientar o desdobramento de diretrizes, bem como acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos, no âmbito das unidades técnicas (inspetorias e demais grupos de trabalho), observados os planos institucionais do Tribunal.

A DAFO tem como atribuição planejar, coordenar e executar atividades de auditoria e inspeções, de acompanhamento da gestão fiscal e de recursos vinculados, bem como análise das contas de governo e gestão, tem ainda por finalidade oferecer subsídio de decisão plenária nos processos de consultas e denúncias.

Em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 1º da Instrução Normativa nº 03 de 02 de fevereiro de 2015, apresentamos o Relatório Anual de Atividades referente ao exercício de 2017.

REUNIÕES TÉCNICAS

1º Trimestre

1. Nos dias 14, 15 e 22 de fevereiro de 2017, foi realizada uma Oficina de Planejamento da Escola de Contas Alcides Dutra, com a finalidade de juntos elaborarmos a Missão, Visão e Valores da Escola;
2. Reunião técnica referente a Auditoria Operacional sobre o Sistema Prisional, individualmente com a equipe e posteriormente com nossos Jurisdicionados (IAPEN, SEJUDH e SESP);
3. Foram realizadas, também, 03 (três) reuniões com as Inspetorias visando ao debate de questões operacionais e técnicas da DAFO;
4. Debate técnico realizado pela 2ª IGCE quanto as análises do Resultados Primários e Nominais;
5. Reuniões Técnicas sobre da Rede Nacional de Indicadores Públicos – **REDE INDICON**, para elaboração do IEGM ACRE 2016;
6. Reunião técnica referente à elaboração do Projeto “**Encontro Técnico TCE e os Municípios 2017**”;
7. Apresentação Inicial para os novos gestores municipais sobre nossos Sistemas Informatizados (Sistemas CJUR, E-Legis, SICAP, SIPAC e LICON) em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasília.
8. 1ª Reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas da Região Norte, que tratou sobre a Auditoria Operacional no Sistema Prisional, na cidade de Porto Velho – RO, no dia 03/02/2017 – 01 (um) Auditor de Controle Externo;
9. No dia 23 de fevereiro, realização de reunião técnica de trabalho junto a Associação dos Municípios Acreanos (AMAC)e SEBRAE para tratar sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios acreanos;

10. No dia 15 de fevereiro, reunião técnica com o Banco do Brasil para apresentação da plataforma de trabalho e cursos disponibilizados aos gestores municipais.

2º Trimestre

11. Primeira Reunião Técnica da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON (2017), promovido pelo Instituto Rui Barbosa - IRB, para tratar de situações do IEGM, que aconteceu na cidade de São Paulo - SP, no dia 03 de abril de 2017, com a participação de 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

12. Reunião técnica referente à elaboração do Projeto “**Encontro Técnico TCE e os Municípios 2017**”;

13. Reunião Técnica com a Diretora e Inspetores da DAFO, no dia 20 de abril de 2017, onde foram colocados os diversos pontos para discussão e recomendações, que devem fazer parte nos relatórios de auditoria, como: Aplicação de normas de auditoria, manual de normatização para o meio ambiente, Instrução Normativa nº 8 e 9 de acessibilidade, Resolução nº 99 de relatório de divergência, entre outros;

14. Reunião do Gerenciamento Urbano da Cidade de Rio Branco – SITGEO, em 12 de maio de 2017, com técnico da Prefeitura de Rio Branco, que explanou sobre o sistema de acesso ao Cadastro Geral e outras informações, que poderão ser úteis em processos de Auditoria realizados pelo TCE/AC;

15. Reunião Técnica na 5ª IGCE, no dia 28 de junho de 2017, com os auditores e com a participação da Diretora da DAFO, onde foram discutidos assuntos de como tornar mais célere os processos, os gargalos e a rotina de trabalho dos auditores;

16. Reunião técnica referente a Auditoria Operacional sobre o Sistema Prisional, com nossos Jurisdicionados (IAPEN, SEJUDH, MPE, TJ e SESP).

3º Trimestre

17. Terceira Reunião Técnica da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON (2017), promovido pelo Instituto Rui Barbosa - IRB, para tratar de situações do IEGM, que aconteceu na cidade de Brasília - DF, com a participação de 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

18. Reuniões técnicas referente à elaboração do Projeto “**III Encontro Técnico TCE e os Municípios 2017**”;

19. Evento em conjunto com o Tribunal de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, considerando a adesão da auditoria coordenada sobre o Sistema Prisional para planejamento de quatro eixos, realizado na cidade de Brasília- DF, no período de 31 de julho a 04 de agosto de 2017, com a participação de 04 (quatro) Auditores de Controle Externo;

20. Reunião no **IAPEN, DPE e SESP**, com a participação de 04 (quatro) Auditores de Controle Externo, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos da **Auditoria Operacional no Sistema Prisional** e marcar visita aos presídios do Estado do Acre;

21. Reunião junto com a Controladoria Geral da União (**CGU**) por videoconferência para tratar da execução dos trabalhos do Observatório da Despesa Pública (**ODP**);

22. Levantamento dos trabalhos a serem incluídos no Plano Anual de Fiscalização no exercício de 2018;

23. Aplicação do Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC) em 2017 quanto ao Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), em agosto;

24. Finalização e envio dos dados coletados dos 22 municípios acreanos para o Instituto Rui Barbosa (IRB) quanto as sete dimensões do **Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM – 2017 – dados 2016.**

4º Trimestre

25. Terceira Reunião Técnica da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON (2017), promovido pelo Instituto Rui Barbosa - IRB, nos dias 17, 18 e 19/10/2017 para tratar de situações do IEGM, que aconteceu na cidade de Curitiba - PR, com a participação de 03 (três) Auditores de Controle Externo;

26. 24ª Reunião que tem como Pauta "Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação", promovido pela Escola de Administração Fazendária – ESAF em parceria com a Secretária do Tesouro Nacional - STN, na cidade de Brasília - DF, no período de 23 a 25 de outubro de 2017, com a participação de 01 (um) Auditor de Controle Externo;

27. Levantamento dos trabalhos a serem incluídos no Plano Anual de Fiscalização no exercício de 2018;

28. Reunião com todas as Inspetorias, individualmente, para tratar da avaliação geral do ano de 2017 de cada IGCE e, apresentar o Plano Anual de Fiscalização à ser implantado.

CAPACITAÇÕES

1º Trimestre

1. VIII Semana Contábil Fiscal de Estados e Municípios-SECOFEM, promovido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, na cidade de Salvador-BA, no período de 06 a 10/03/2016 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

2. **"I Fórum SICONFI"** no dia **15 de março de 2017**, na ESAF – Brasília-DF, que teve como objetivo de discutir assuntos relativos ao **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**, no intuito de reduzir divergências e incentivar a utilização do sistema em benefício da transparência da gestão fiscal, da otimização dos procedimentos para prestações de contas, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social – 01 (um) Auditor de Controle Externo;

3. **REDAÇÃO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA** - De acordo com as mais modernas técnicas e normas aplicáveis ao setor público tendo como referência os padrões do TCU – 40 (quarenta) Auditores de Controle Externo.

2º Trimestre

4. **IX Semana Contábil Fiscal de Estados e Municípios - SECOFEM**, promovido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, na cidade de Brasília-DF, no período de 24 a 28 de abril de 2017 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

5. **Treinamento sobre Detecção e Prevenção de Fraudes em Licitações e de Gestão de Riscos na Administração Pública**, promovido pela CGU, na cidade de Rio Branco – AC, no período de 08 e 09 de maio de 2017 – 10 (dez) Auditores de Controle Externo;

6. **Capacitação para Acompanhamento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)**, promovido pelo Instituto Serzedello Côrrea, na cidade de Brasília – DF, no dia 12 de maio de 2017 – 01 (um) Auditor de Controle Externo;

7. **VI Fórum de Direito Constitucional e Administrativo aplicado aos Tribunais de Contas**, realizado pela Escola Superior de Contas, na cidade de Porto Velho – RO, no período de 24 a 26 de maio de 2017 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

8. **X Semana Contábil Fiscal de Estados e Municípios - SECOFEM**, promovido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, na cidade de Porto Alegre - RS, no período de 19 a 23 de junho de 2017 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

9. **SEMINÁRIO NACIONAL** - Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais de acordo com a Lei nº 13.303/16, promovido pela empresa ZENITE, na cidade de Brasília - DF, no período de 26 a 28 de junho de 2017 – 01 (um) Auditor de Controle Externo.

10. Encontro da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (**INFOCONTAS**) promovido pela ATRICON e o Tribunal de Contas da União, nos dias 3 e 4 de abril na sede do TCU em Brasília-DF.

11. Reunião quanto aplicação do Marco de Medição de Desempenho (**MMD-TC**) em 2017 quanto ao Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (**QATC**), nos dias 5 a 7 no TCE-RN em Natal-RN.

3º Trimestre

12. Curso sobre **Auditoria de Folha de Pagamento**, promovido pela empresa Lex Cursos, na cidade de Brasília, nos dias 10 a 13 de julho de 2017 – 01 (um) Auditor de Controle Externo;

13. **Capacitação na Metodologia do Observatório da Despesa Pública**, promovido pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, na cidade de Brasília – DF, no período de 24 a 28 de julho de 2017 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

14. **XI Semana Contábil Fiscal de Estados e Municípios - SECOFEM**, promovido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, na cidade de São Paulo - SP, no período de 07 a 11 de agosto de 2017 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

15. **Curso de Inteligência Aplicada – ABIN**, iniciativa da Rede Nacional de Informações Estratégicas - INFOCONTAS e do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso –TCE-MT em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e ocorreu na Escola Superior de Contas do TCE-MT, na cidade de Cuiabá - MT, no período de 21 a 25 de agosto de 2017 – 01 (um) Auditor de Controle Externo;

16. **Curso de elaboração de planilha de formação de preços de acordo com a nova IN Nº 05/17** e como julgar a licitação para a contratação dos serviços contínuos, que tem como objetivo, conhecer as principais novidades da IN nº 05/17 em relação à fase de planejamento, à elaboração da planilha e a seu julgamento no pregão, com a compreensão do passo a passo do preenchimento da planilha de custos da nova IN e do memorial de cálculo, observando os aspectos previdenciários, trabalhistas e tributários, promovido pela empresa Zenite, na cidade de Brasília - DF, no período de 25 a 27 de setembro de 2017 - 01 (um) Auditor de Controle Externo.

4º Trimestre

17. **Curso de Folha de Pagamento do Funcionalismo Público, Servidores Civis, Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Relação Jurídico - Funcional Estatutária**, promovido pela empresa Consultre, na cidade de Recife - PE, no período de 25 a 27 de outubro de 2017 - 01 (um) Auditor de Controle Externo;

18. **XII Semana Contábil Fiscal de Estados e Municípios - SECOFEM**, promovido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, na cidade de Campo Grande - MT, no período de 06 a 10 de novembro de 2017 – 02 (dois) Auditores de Controle Externo;

19. **Seminário de Gestão de Risco nas Contratações Públicas de Terceirização de Serviços de Acordo com a IN nº 05/17**, promovido pela empresa Zenite, na cidade de Brasília - DF, no período de 27 e 28 de novembro de 2017 – 01 (um) Auditor de Controle Externo;

20. **2º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (Conacon 2017)**. O evento foi realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá-MT, no período de 8 a 10 de novembro de 2017 - 01 (um) Auditor de Controle Externo;

21. **Curso de Capacitação sobre o Funcionamento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE**, promovido pelo Instituto Rui Barbosa - IRB e Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil, que aconteceu na cidade de Brasília – DF, no dia 30 de novembro de 2017 - 01 (um) Auditor de Controle Externo.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1º Trimestre

1. Assessoramentos aos nossos jurisdicionados municipais e estaduais quanto a forma de prestar contas de acordo com a Resolução TCE nº 87/2013 – Manual de Referência 3ª Edição;

2. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim do TCE-AC, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;

3. Padronização dos relatórios técnicos de auditorias de modo a facilitar e auxiliar as instruções de processos com qualidade e celeridade;

4. Propomos 16 (dezesseis) possíveis medidas **cautelares** aos Conselheiros Relatores em relação ao aumento com a despesa de pessoal, devido a publicação de Editais de concursos públicos e/ou processo seletivo simplificado dos municípios de **Tarauacá, Jordão, Feijó Manoel Urbano, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Bujari, Plácido de Castro, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, Senador Guiomard e Marechal Thaumaturgo**, e ainda, no **Governo do Estado (31 processos seletivos, 2 concursos públicos e 11 alterações de PCCR**, bem como em procedimentos licitatórios inconsistentes;

5. No dia 10 de janeiro de 2017, as Auditoras de Controle Externo, **Aurinete Vidal Soares e Maria Laélia Lima da Silva**, realizaram visita técnica na **Prefeitura Municipal de Rio Branco**, com a finalidade de instruir o processo TCE/AC nº 15.315.2011-10 que trata de apurar irregularidades na arrecadação de tributos;

6. No dia 17 de janeiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Jânio Cândido Português e Marilza Brás Gomes Lourenço**, realizaram inspeção na **SEPN**, com a finalidade de instruir o processo TCE/AC nº 22.168.2016-60 que trata da Prestação de Contas do ente do exercício de 2015;

7. No período de 13 a 18/01/2017, os Auditores de Controle Externo, **Adalzemir da Silva Braga e Mirla de Oliveira Lopes de Holanda e Souza**, realizaram Inspeção Especial na **SEDS**, referente ao Processo TCE/AC nº 22.168.2016-60, em que solicitou-se a disponibilização dos processos de pagamentos e processos licitatórios a seguir: 00221344-5/2014, 0026948-2/2014, 006887-2/2015, 003965-5/2015, 049/2013 e 115/2012;

8. No dia 13 de janeiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Dayane Menezes Oliveira Lima e Nélio Anastácio de Oliveira Júnior**, realizaram Visita Técnica na **FUNCULTURA**, com o objetivo de concluir a análise do Processo TCE/AC nº 22.058.2016-60, que trata da Prestação de Contas do Fundo Estadual de Fomento a Cultura;

9. No período de 30/01 a 01/02/2017, os Auditores de Controle Externo, **Ari Monteiro Feitosa e Roberto Carlos da Rocha**, realizaram Inspeção com a finalidade de melhor instruir o Processo TCE/AC 22.114.2016-70 referente à prestação de contas da **FUNDHACRE**, exercício de 2015;

10. No dia 31 de janeiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Marilza Brás Gomes Lourenço Carneiro e Adalzemir da Silva Braga**, realizaram inspeção na **SEE**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.167.2016-50, que trata de Prestação de Contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, exercício de 2015;

11. No dia 02 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Mirla de Oliveira L. de H. e Souza e Arão Cavalcante**, realizaram inspeção na **SEE**, com a finalidade

de instruir o Processo TCE/AC nº 13.993.2010-90, que trata de Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte;

12. No dia 02 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Maria Laélia Lima da Silva e Washington Guimarães de Carvalho**, realizaram Visita Técnica na **SEE**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 17.7192013-90 que tem como objeto apurar indícios de irregularidades na acumulação, no exercício de 2010, de subsídios com remuneração de cargo efetivo por parte da vice-prefeita, Marilete Vitorino de Siqueira, e da Secretária Municipal de Saúde, Maria do socorro Góes;

13. No dia 08 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Nélio Anastácio de Oliveira Júnior e Johnatan Medeiros de Oliveira**, realizaram Inspeção com o objetivo de coletar documentação para instrução do Processo TCE/AC nº 20.331.2015-50, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – **SEAPROF**;

14. Nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Nélio Anastácio de Oliveira Júnior e Johnatan Medeiros de Oliveira**, realizaram Inspeção com o objetivo de coletar documentação para instrução do Processo TCE/AC nº 20.331.2015-50, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – **SEAPROF**;

15. No dia 14 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Dayane Menezes Oliveira Lima e Adalzemir da Silva Braga**, realizaram Inspeção na **FEM**, com o objetivo de complementar a instrução do Processo TCE/AC nº 22.058.2016-60, que trata da Prestação de Contas do Fundo Estadual de Fomento a Cultura;

16. No dia 15 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Marilza Brás Gomes Lourenço Carneiro e Adalzemir da Silva Braga**, realizaram Inspeção na **SEE**, com intuito de subsidiar a análise do Processo TCE/AC nº 22.167.2016-50, que trata de Prestação de Contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – **FUNDEB**;

17. No dia 22 de fevereiro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Mitchell Moreira de Sousa e Josevaldo Souza Meira**, realizaram Visita Técnica na **SMDGU**,

objetivando a complementação de instrução do processo nº 16.829.2012-90, que trata de apuração de irregularidades na execução de obras de infraestrutura no Programa Ruas do Povo no Loteamento Novo Horizonte;

18. No dia 07 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Juliana da Silva de Abreu Moreira** e **Josevaldo Sousa Meira**, que realizaram inspeção *in loco*, com o objetivo de coletar documentação referente aos procedimentos de licenciamento e monitoramento adotados por parte do **IMAC**.

19. No dia 07 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Adalzemir da Silva Braga** e **Johnatan Medeiros de Oliveira** realizaram Visita Técnica na **SEOP**, objetivando a complementação de instrução do processo nº 22.068.2016-50, que trata sobre a Prestação de Contas do exercício de 2015;

20. Nos dias 07 a 09 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Dayane Menezes Oliveira Lima** e **Thayna Rodrigues Correia** realizaram Visita Técnica na **SEMA**, objetivando a complementação de instrução do processo Processo TCE/AC nº 22.158.2016-70, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, referente ao exercício de 2015;

21. No dia 09 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Arthur de Oliveira Viana Neto** e **José Amarísio de Freitas de Souza** realizaram Inspeção na **SEE**, com o objetivo de coletar informações a respeito do Pregão SRP 185/2016 cujo objeto é a Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza de prédio, mobiliários e equipamentos escolares, de escolas e prédios da Secretaria de Estado de Educação e Esporte no município de Rio Branco (Zoneamento III);

22. Nos dias 09 a 17 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Adalzemir da Silva Braga** e **Johnatan Medeiros de Oliveira** realizaram Visita Técnica na **SEOP**, objetivando a complementação de instrução do processo nº 22.068.2016-50, que trata sobre a Prestação de Contas do exercício de 2015;

23. No dia 09 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Arão de Andrade Cavalcante** e **Fabiolla da Silva Brandão Vieira**, para a realização de visita técnica no

ACREPREVIDÊNCIA no intuito de esclarecer procedimentos relativos aos recursos vinculados para pagamentos de inativos;

24. No dia 14 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Rosa Maria da Silva Nascimento** e **Johnatan Medeiros de Oliveira** realizaram Inspeção na **SEDS**, com a finalidade de complementar a instrução do Processo TCE/AC nº 13.985.2010-10, que trata de Prestação de Contas do Fundo de Assistência Social - FEAS, exercício de 2009;

25. Nos dias 14 a 16 de março de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Maria Letícia da Silva Lima** e **Elis Regina Damasceno Batista**, para a realização de visita técnica, visando coletar dados para instrução do Processo TCE/AC nº 22.110.2016-30, que trata da Prestação de Contas da DERACRE referente ao exercício de 2015;

26. No dia 20 de março de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Auciete Rocha Campos** e **Suely Cavalcante Lameira Lopes** realizaram Inspeção na **SEHAB**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.194.2016-01, que trata de Prestação de Contas do Fundo Estadual de Habitação - FEH, exercício de 2015;

27. No dia 22 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Mirla de Oliveira L. de H. e Adalzemir da Silva Braga** realizaram Inspeção na **SEMA**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.003.2016-60, que trata do Fundo Estadual de Floresta - FEF, exercício de 2015;

28. Nos dias 21 a 23 de março de 2017, os Auditores de Controle **Elis Regina Damasceno Batista** e **Israel Lima Mendes**, para a realização de visita técnica, nos dias 21 a 23 de março de 2017, visando coletar dados para instrução do Processo TCE/AC nº 22.103.2016-70, que trata da Prestação de Contas da ANAC referente ao exercício de 2015;

29. No dia 23 de março de 2017, os Auditores de Controle Externo **Marilza Brás Gomes Lourenço Carneiro** e **Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram Inspeção na **SEPN**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.157.2016-60, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios – SEPN, exercício de 2015.

2º Trimestre

30. Assessoramentos aos nossos jurisdicionados municipais e estaduais quanto a forma de prestar contas de acordo com a Resolução TCE nº 87/2013 – Manual de Referência 3ª Edição;

31. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim do TCE-AC, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;

32. Padronização dos relatórios técnicos de auditorias de modo a facilitar e auxiliar as instruções de processos com qualidade e celeridade;

33. Propomos 11 (onze) possíveis medidas **cautelares** aos Conselheiros Relatores em relação ao aumento com a despesa de pessoal, devido a publicação de Editais de concursos públicos e/ou processo seletivo simplificado dos municípios de **Jordão, Mâncio Lima, Feijó, Rodrigues Alves, Plácido de Castro, Porto Acre, Assis Brasil, Acrelândia e Porto Acre**, e ainda, no **Governo do Estado (nomeações)**, bem como em procedimentos licitatórios inconsistentes;

34. Nos meses de Abril, Maio e Junho foi realizado o **Encontro Técnico TCE/AC e os Municípios 2017** para os 22 municípios acreanos, sendo a realização nos municípios polos de Sena Madureira, Rio Branco, Plácido de Castro, Brasiléia e Cruzeiro do Sul e com a participação direta dos Auditores da DAFO;

35. Nos meses de Maio e Junho realizamos a validação do **Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM** com Visita Técnica em todos os municípios acreanos;

36. No período de 18 a 20 de abril, os Auditores de Controle Externo, **Renata do Nascimento Marinho Fares** e **Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção Especial na **FMCGB**, referente ao Processo TCE/AC nº 21.878.2016-20, que trata da Prestação de Contas da FMCGB referente ao exercício de 2015, em que solicitou-se a

disponibilização de alguns processos administrativos, processos de diárias e relação de funcionários;

37. Entre os dias 17 a 26 de abril de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Magali Melo de Sampaio, Luiz Gustavo Maia Guilherme, Gladstone David de Almeida, Jonny Franco Bezerra Melo e Roberto Carlos da Rocha** junto com a Diretora da DAFO - **Semírames Maria Plácido Dias**, realizaram Visitas no **IAPEN, Secretaria de Estado e Segurança Pública, Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas – VEPMA, Vara de Execuções Penais – VEP, 14ª Promotoria de Justiça Criminal e Vara de Exec.de Penas e Medidas Alternativas da Com.de Rio Branco - TJ**, para realizar a **Auditoria Operacional no Sistema Prisional** cujo objetivo é identificar as medidas emergenciais que estão sendo adotadas para lidar com a atual crise nessa área, análise da gestão, dos custos e das tecnologias de apoio ao Sistema Prisional, além de verificar a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional;

38. No dia 24 de abril de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Marilza Brás Gomes Lourenço Carneiro e Adalzemir da Silva Braga**, realizaram inspeção na **SEE**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.167.2016-50, que trata de Prestação de Contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, exercício de 2015;

39. No dia 24 de abril de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Renata do Nascimento Marinho Fares e Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram inspeção na **FMCGB**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 21.878.2016-20, que trata da Prestação de Contas da FMCGB referente ao exercício de 2015;

40. No dia 02 de maio de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Carlos Paulo Faial Werklaenhg, Alexsandro Silva de Souza, Arthur de Oliveira Viana Neto e Roney Wellington da Silva Caldera**, realizaram Inspeção Especial na **Comissão Especial de Licitação 01**, com o objetivo de verificar os procedimentos e documentos relativos ao Chamamento Público n.º 003/2017 – CEL 01, que trata da primeira fase do Centro Administrativo do Estado do Acre, na modalidade built to suit, para instrução do Processo TCE nº 23.418.2016-20;

41. Nos dias 02, 03 e 04 de maio de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Nélio Anastácio de Oliveira Júnior e Johnatan Medeiros de Oliveira**, realizaram inspeção na **SESP**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.062.2016-01, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Segurança Pública - SESP, exercício de 2015;

42. No período de 10 a 12 de maio de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Maria Letícia da Silva Lima e Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção na **EMURB**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.141.2016-10, que trata da Prestação de Contas da EMURB, referente ao exercício de 2015;

43. No período de 10 a 16 de maio de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Adalzemir da Silva Braga e Mirla de Oliveira Lopes de Holanda e Souza**, realizaram Inspeção na **SEDENS** com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.090.2016-50, que trata da Prestação de Contas do exercício de 2015;

44. No dia 29 de maio de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Marilza Brás Gomes Lourenço Carneiro e Johnatan Medeiros de Oliveira**, realizaram Inspeção com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.166.2016-40, que trata de Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte - **SEE**, exercício de 2015;

45. No dia 30 de maio de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Rosa Maria da Silva Nascimento e Valcir Guedes de Oliveira**, realizaram Inspeção Especial, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.081.2016-70, que trata de Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres – **SEPMULHERES**, referente ao exercício de 2015;

46. No dia 01 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Mirla de Oliveira L. de H. e Souza e Adalzemir da Silva Braga**, realizaram Inspeção Especial na **DPE**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.156.2016-50, que trata da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2015;

47. No dia 12 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Rosa Maria da Silva Nascimento e Valcir Guedes de Oliveira**, realizaram Inspeção na **SEPMULHERES**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.081.2016-70, que trata

da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres - SEPMULHERES, referente ao exercício de 2015;

48. No dia 13 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Rosa Maria da Silva Nascimento** e **Valcir Guedes de Oliveira**, realizaram Inspeção na **SETUL**, com intuito de auxiliar a análise técnica do Processo TCE/AC nº 22.004.2016-70, que trata de Prestação de Contas da Secretaria de Estado Turismo e Lazer - SETUL, referente ao exercício de 2015;

49. No dia 14 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Dayane Menezes Oliveira Lima** e **Thayna Rodrigues Correia**, realizaram Visita Técnica, com o objetivo de concluir a análise do Processo TCE/AC nº 20.329.2015-30, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social – **SEHAB**, exercício de 2014;

50. No dia 20 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Elis Regina Damasceno Batista**, **Israel Lima Mendes** e **Magali Melo de Sampaio**, realizaram Visita Técnica no **MPE**, com o objetivo de coletar documentos para instruir o Processo TCE/AC nº 19.000.2014-40, que trata da Prestação de Contas da **EMURB**, referente ao exercício 2013, considerando que a documentação referente à execução desse período encontra-se em processo de investigação por esta instituição;

51. No período de 21 a 23 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Israel Lima Mendes** e **Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção na **EMURB**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº **19.000.2014-40**, que trata da Prestação de Contas da EMURB, referente ao **exercício 2013**;

52. No período de 19 a 23 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo **Juliana da Silva de Abreu Moreira** e **Renata Almeida Tessaro** realizaram Inspeção nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 23.609.2017-70, que trata da Inspeção no Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre – **CONDIAC**;

53. No dia 26 de junho de 2017, os Auditores de Controle Externo **Auciete Rocha Campos** e **Den Nascimento Lima**, realizaram Inspeção na **SEJUDH**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.067.2016-40, que trata da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, exercício de 2015;

54. No dia 28 de junho de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Laura Camila Mamed** e **Marlen Sara de Melo Silva**, realizaram Visita Técnica no **DEPASA**, com o objetivo de fazer cópia dos projetos e desenhos gráficos referentes ao contrato n.º 05.2012.068-A, concorrência n.º 040/2012, que trata da Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de terraplenagem e pavimentação de vias urbanas no Município de Porto Acre – AC (Lote III – Caquetá).

3º Trimestre

55. Assessoramentos aos nossos jurisdicionados municipais e estaduais quanto a forma de prestar contas de acordo com a Resolução TCE nº 87/2013 – Manual de Referência 3ª Edição;

56. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim do TCE-AC, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;

57. Padronização dos relatórios técnicos de auditorias de modo a facilitar e auxiliar as instruções de processos com qualidade e celeridade;

58. Propomos 07 (sete) possíveis medidas **cautelares** aos Conselheiros Relatores em relação ao aumento com a despesa de pessoal, devido a publicação de Editais de concursos públicos, Concessão de aumento aos servidores, contratação de servidores emergenciais, e criação do Cruzeiro PREV dos municípios de **Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá, Senador Guimard, Bujari e Capixaba**, bem como em procedimentos licitatórios inconsistentes;

59. No período de 10 a 14 de julho, os Auditores de Controle Externo, **Gerson Januário** e **Arthur Viana**, realizaram Inspeção na **Prefeitura Municipal de Sena Madureira**,

referente ao Processo TCE/AC nº 23.819.2017-80, que trata de possíveis irregularidades em processos licitatórios;

60. Entre os dias 12 a 14 de Julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Elis Regina Damasceno Batista e Maria Letícia da Silva Lima**, realizaram Inspeção no **CDSA**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.104.2016-80, que trata da Prestação de Contas da CDSA, exercício de 2015;

61. No período de 01 a 03 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Israel Lima Mendes e Carlos Alberto de Oliveira Lima**, realizaram inspeção na **FESPAC**, com a finalidade de melhor instruir o Processo TCE/AC nº 22.134.2016-50, que trata da Prestação de Contas da Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre, exercício de 2015;

62. No dia 13 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Mirla de Oliveira L. de H. e Marilza Brás G. Lourenço Carneiro**, realizaram inspeção na **PMAC**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.063.2016-00, que trata da Prestação de Contas da Polícia Militar do Estado do Acre, referente ao exercício de 2015;

63. No dia 17 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Auciete Rocha Campos e Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram Inspeção na **SEDENS e na SEMA**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 18.920.2014-10, que trata da Prestação de Contas da Fundo Estadual de Floresta, exercício de 2013, momento em que foi solicitado a documentação completa referente à Prestação de Contas do Convênio Nº 006/2013 – celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS e a Companhia de Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre– CDSA;

64. No dia 17 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Marlen Sara de Melo Silva Drumond e Laura Camila Mamed**, realizaram Visita técnica no **DEPASA**, com a finalidade de fazer cópia da proposta vencedora da Concorrência 042/2014, do termo de recebimento da obra, dos termos aditivos posteriores ao terceiro e medições posteriores

a decima segunda, caso tenham ocorrido, referentes ao contrato n.º 05.2014.028-A, cujo objeto é a execução de obras de infraestrutura urbana no Bairro Benfica;

65. No dia 24 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Thayna Rodrigues Correia e Dayane Menezes Oliveira Lima**, realizaram Inspeção na **SECOM**, com o objetivo de realizar a instrução do Processo TCE nº 22.172.2016-01, referente à Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Comunicação, referente ao exercício de 2015;

66. No dia 25 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Renata do Nascimento Marinho Fares e Roberto Carlos da Rocha**, realizaram Inspeção no **DETRAN**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.142.2016-20, que trata da Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito, exercício de 2015;

67. No dia 25 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Maria Letícia da Silva Lima e Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção no **DEPASA**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.112.2016-50, que trata da Prestação de Contas do DEPASA, exercício de 2015;

68. No dia 31 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Dayane Menezes Oliveira Lima e Thayna Rodrigues Correia**, realizaram Inspeção na **SEPLAN**, com o objetivo de realizar a instrução do Processo TCE nº 22.070.2016-70, referente à Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Planejamento, exercício de 2015;

69. No dia 31 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Israel Lima Mendes e Carlos Alberto de Oliveira Lima**, realizaram Inspeção com a finalidade de melhor instruir o Processo TCE/AC nº 22.134.2016-50, que trata da Prestação de Contas da Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre – **FESPAC**, exercício de 2015;

70. No dia 01 de julho de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Georgenes Caiuba Pontes e Djailson Firmino de Moura**, realizaram Inspeção, com o objetivo de realizar a instrução dos Processos TCE/AC nº 23.642.2017-70, cujo objeto trata-se de Inspeção para apurar a renúncia de receita do município de Rio Branco concedida às empresas de transporte coletivo municipal e TCE/AC nº 23.796.2017-70, que trata de denúncia de suposta ilegalidade da concessão de subvenção econômica concedida às empresas de transporte

coletivo (ônibus) pelo senhor Marcus Alexandre Médici Aguiar Viana da Silva, prefeito de Rio Branco;

71. No período de 08 a 10 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Renata do Nascimento Marinho Fares e Roberto Carlos da Rocha**, realizaram Inspeção com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.142.2016-20, que trata da Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito – **DETRAN/AC**, exercício de 2015;

72. Nos dias 09 e 10 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Juliana da Silva de Abreu Moreira e Renata Almeida Tessaro**, realizaram Inspeção nos **Municípios de Tarauacá e Feijó**, Para fins de análise e instrução do Processo TCE/AC nº 23.609.2017-70, que trata de inspeção nos consórcios CONDIAC e CONDIFETAJ;

73. No período de 16 a 18 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Carlos Alberto de Oliveira Lima e Israel Lima Mendes**, realizaram Inspeção com a finalidade de melhor instruir o Processo TCE/AC nº 22.136.2016-70, que trata da Prestação de Contas do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – **IMC**, exercício de 2015;

74. No período de 16 a 18 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Maria Letícia da Silva Lima e Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.112.2016-50, que trata da Prestação de Contas do **DEPASA**, exercício de 2015;

75. No período de 17 a 18 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Renata do Nascimento Marinho Fares e Roberto Carlos da Rocha**, realizaram Inspeção com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.135.2016-60, que trata da Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre - **ACREDATA**, exercício de 2015;

76. No período de 21 a 22 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Robson Taiani Cordeiro Vilas Bôas e Carlos Alberto de Oliveira Lima**, realizaram Inspeção com a finalidade de melhor instruir o Processo TCE/AC nº 22.140.2016-00, que

trata da Prestação de Contas do Instituto de Previdência do Estado do Acre - **ACREPREVIDÊNCIA**, exercício de 2015;

77. No período de 22 a 24 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Elis Regina Damasceno Batista e Maria Letícia da Silva Lima**, realizaram Inspeção com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 22.139.2016-01, que trata da Prestação de Contas da **FUNTAC**, exercício de 2015;

78. No dia 31 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Auciete Rocha Campos e Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram Inspeção, com o objetivo de colher informações para instrução do Processo TCE nº 22.145.2016-50, referente à Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda - **SEFAZ**, exercício de 2015;

79. No período de 29 a 31 de agosto de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Juliana da Silva de Abreu Moreira e Renata Almeida Tessaro**, realizaram Inspeção no **Município de Jordão**, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 23.609.2017-70, que trata da Inspeção no Consórcio de Desenvolvimento intermunicipal Feijó, Tarauacá e Jordão – CONDIFETAJ;

80. No dia 01 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Lourival Olegário do Nascimento Junior e Marcelo Rodrigues Feitosa**, realizaram Inspeção na **Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Branco**, com a finalidade de dar prosseguimento à instrução do Processo TCE/AC nº 21.883.2016-70, cujo objeto é a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, exercício de 2015;

81. No dia 04 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Júlio Augusto Pinheiro Araújo e Mitchell Moreira de Sousa**, realizaram Inspeção no **DEPASA**, para obter informações e documentação com o objetivo de instruir o Processo tce 21.193.2015-90, que trata da Execução de Obras de Infraestrutura na Rua Durval Camilo (Ramal da Judia), no Município de Rio Branco – AC;

82. No dia 05 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Adalzemir da Silva Braga e Dayane Menezes O. Lima**, realizaram Inspeção na **SEHAB**, considerando que tramita nesta Corte de Contas o Processo TCE nº 23.959.2017-50 que

trata sobre a abertura de processo autônomo para acompanhar o registro, no patrimônio do Estado dos bens imóveis adquiridos e edificados, no montante de R\$ 36.003.545,91 (trinta e seis milhões, três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e um centavos), ainda não lançados, relativo ao exercício de 2010;

83. No dia 11 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Raymson Ribeiro Bragado, James Feitosa de Araújo e Ari Monteiro Feitosa**, realizaram Auditoria na **Prefeitura de Sena Madureira**, para realizar trabalhos de fiscalização nessa Unidade, objetivando coletar informações para verificar o cumprimento das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas relacionadas às licitações, contratações e pagamentos de fornecimento de combustível, no ano de 2016;

84. No dia 11 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Francisco Marques de Oliveira, Den do Nascimento Lima e Marco Aurélio dos Santos Telles**, realizaram Auditoria na **Prefeitura de Tarauacá**, para realizar trabalhos de fiscalização nessa Unidade, objetivando coletar informações para verificar o cumprimento das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas relacionadas às licitações, contratações e pagamentos de fornecimento de combustível, no ano de 2016;

85. No período de 12 a 14 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Carlos Alberto de Oliveira Lima e Israel Lima Mendes**, realizaram Inspeção, com a finalidade de melhor instruir o Processo TCE/AC nº 22.136.2016-70, que trata da Prestação de Contas do **Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC**, exercício de 2015;

86. No dia 12 de setembro de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Marilza Brás Gomes Lourenço Carneiro e Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram Inspeção na **SEHAB**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 22.171.2016-90, que trata de Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social, exercício de 2015;

87. No dia 14 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Lourival Olegário do Nascimento Junior e Marcelo Rodrigues Feitosa**, realizaram Inspeção

na **Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Branco**, com a finalidade de dar prosseguimento à instrução do Processo TCE/AC nº 21.883.2016-70, cujo objeto é a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, exercício de 2015;

88. No dia 18 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Gladstone David de Almeida e Arão Andrade Cavalcante**, realizaram Inspeção na **SEPLAN**, Com objetivo de coletar documentação para instrução do Processo TCE/AC nº 21.907.2016-90, que trata sobre Tomada de Contas Especial, para fins de apuração das informações sobre o contrato de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

89. No período de 18 a 22 de setembro de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Maria Laélia Lima da Silva e Dirlei Bersch**, realizaram **08** Inspeções sendo nas **Prefeituras e Câmaras dos Municípios de Acrelândia, Plácido de Castro, Capixaba e Senador Guomard**, com a finalidade de instruir os Processos destes municípios que tratam de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

90. No período de 18 a 22 de setembro de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Adriana da Silva Marques de Castro e Kelly Christine Fontenele Gouveia**, realizaram **08** Inspeções sendo nas **Prefeituras e Câmaras dos Municípios de Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasília**, com a finalidade de instruir os Processos destes municípios que tratam de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

91. No dia 22 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Semírames Maria Plácido Dias, Jeú Campelo Bessa, Luiz Gustavo Maia Guilherme, Magali Melo de Sampaio e Raymson Ribeiro Bragado**, realizaram Inspeção na **Superintendência do Hospital das Clínicas**, com o objetivo de coletar informações sobre a aquisição e dispensação de medicamentos na instituição;

92. No dia 25 de setembro de 2017, as Auditoras de Controle Externo **Dayane Menezes Oliveira Lima e Thayna Rodrigues Correia**, realizaram Inspeção na **SGA**, com o

objetivo de realizar a instrução do Processo TCE/AC nº 22.146.2016-80, referente à Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, exercício de 2015;

93. No período de 26 a 29 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Lourival Olegário do Nascimento Junior e Marcelo Rodrigues Feitosa**, realizaram **02** Inspeções sendo na **Prefeitura e Câmara do Município de Porto Walter**, com a finalidade de instruir os Processos deste município que tratam de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

94. No período de 26 a 29 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Ildo da Silva Santana e Dirlei Bersch**, realizaram **02** Inspeções sendo na **Prefeitura e Câmara do Município de Marechal Thaumaturgo**, com a finalidade de instruir os Processos deste município que tratam de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

95. No período de 26 a 28 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Jânio Mario Pereira Santos e Washington Guimarães de Carvalho**, realizaram **04** Inspeções sendo na **Prefeitura e Câmara do Município de Tarauacá e Jordão**, com a finalidade de instruir os Processos destes municípios que tratam de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

96. No período de 27 a 29 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Georgenes Caiúba Pontes e Valdeci Ricardo Duarte**, realizaram **02** Inspeções sendo na **Prefeitura e Câmara do Município de Santa Rosa do Purus**, com a finalidade de instruir os Processos deste município que tratam de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

97. No período de 29 a 31 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo **Luiz Gustavo Maia Guilherme, Gladstone David de Almeida e Roberto Carlos da Rocha**, realizaram **Auditoria Operacional no Sistema Prisional**, nos presídios dos municípios

de Senador Guiomard (Unidade Prisional do Quinari) e Sena Madureira (Presídio Evaristo Moraes);

98. No dia 30 de setembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Arão de Andrade Cavalcante, Fernanda Leite Santana e Luiz Gustavo Maia Guilherme**, realizaram Inspeção na **SEE**, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 19.443.2014-70, o qual trata da Verificação do Cumprimento das Determinações Contidas no Acórdão nº 8.845/2014 (Monitoramento da Auditoria Operacional no Ensino Médio).

4º Trimestre

99. Assessoramentos aos nossos jurisdicionados municipais e estaduais quanto a forma de prestar contas de acordo com a Resolução TCE nº 87/2013 – Manual de Referência 3ª Edição;

100. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim do TCE-AC, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;

101. Padronização dos relatórios técnicos de auditorias de modo a facilitar e auxiliar as instruções de processos com qualidade e celeridade;

102. Propomos 08 (oito) possíveis medidas **cautelares** aos Conselheiros Relatores em relação à indícios de sobrepreço, atos de nomeação de pessoal com a despesa total de pessoal acima do limite, convocação de pessoal em processo seletivo, contratação irregular, dos municípios de **Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Bujari, Capixaba, Manoel Urbano e Feijó**, bem como, possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios inconsistentes;

103. Acompanhamento do Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC) em 2017 quanto ao Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC);

104. Realizamos o **III Encontro Técnico TCE e os Municípios 2017**, sendo nos dias 10 e 11/10 em Epitaciolândia, 07 e 08/11 em Cruzeiro do Sul e, 27 e 28/11 em Rio

Branco. Evento voltado para Prefeitos, Vice- Prefeitos, Presidente de Câmaras, Vereadores, Secretários Municipais, Contadores, Controladores Internos, Assessores Jurídicos, servidores e acadêmicos.

105. No dia 03 de Outubro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Arthur de Oliveira Viana Neto** e **Maria Letícia da Silva Lima**, realizaram inspeção, nas dependências da Usina de Asfalto da EMURB, com o objetivo de instruir o Processo TCE/AC nº 20.115.2015-90, relativo à prestação de contas da EMURB, exercício 2014;

106. Entre os dias 17 a 19 de Outubro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Renata do Nascimento Marinho Fares** e **Roberto Carlos da Rocha**, realizaram inspeção com o objetivo de instruir o Processo Eletrônico TCE/AC nº 124.316, que trata da Prestação de Contas da Companhia de Habitação de Habitação do Acre - COHAB, exercício de 2016;

107. Nos dias 16 e 17 de Outubro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Ildo da Silva Santana** e **Jânio Mário Pereira Santos**, realizaram inspeção em Tarauacá, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 20.565.2015-80, cujo objeto é a Auditoria de Conformidade no fornecimento e consumo de combustível da Prefeitura Municipal de Tarauacá, no exercício de 2014; e instruir o Processo TCE/AC nº 23.334.2016-60, que trata de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

108. No período de 18 a 20 de Outubro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Ildo da Silva Santana** e **Jânio Mário Pereira Santos**, realizaram inspeção em Feijó, com a finalidade de instruir o Processo TCE/AC nº 23.321.2016-40, que trata de Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

109. No dia 27 de outubro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Johnatan Medeiros de Oliveira** e **Adalzemir da Silva Braga**, realizaram inspeção, com intuito de instruir o Processo Eletrônico nº 124.248, referente à Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governador, exercício de 2016;

110. No dia 22 de novembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Maria Letícia da Silva Lima** e **Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção, com a finalidade de complementar a instrução do Processo Eletrônico TCE/AC nº 124.317, que trata da Prestação de Contas da SANACRE, referente ao exercício de 2016;

111. No período de 29 a 30 de novembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Maria Letícia da Silva Lima** e **Elis Regina Damasceno Batista**, realizaram Inspeção, com a finalidade de instruir o Processo Eletrônico TCE/AC nº 123.643, que trata da Prestação de Contas do Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco – SAERB, referente ao exercício de 2016;

112. No dia 30 de novembro de 2017, as Auditoras de Controle Externo, **Loana Costa Irmão Caldera**, **Samara Rodrigues da Costa Gressler** e **Suely Cavalcante Lameira Lopes**, realizaram Inspeção Especial, a fim de complementar a análise do Processo TCE/AC nº. 22.002.2016-50, que trata da Prestação de Contas do Fundo Estadual de Saúde – FUNDES, referente ao exercício 2015;

113. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Idaildo Souza da Silva** e **Valdeci Ricardo Duarte**, realizaram inspeção na Prefeitura e Câmara de Bujari, com a finalidade de instruir o Processo TCE nº 23.317.2016-00, que trata de verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

114. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Idaildo Souza da Silva** e **Valdeci Ricardo Duarte**, realizaram inspeção na Prefeitura e Câmara de Sena Madureira, com a finalidade de instruir o Processo TCE nº 23.333.2016-50, que trata de verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

115. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Idaildo Souza da Silva** e **Valdeci Ricardo Duarte**, realizaram inspeção na Prefeitura e Câmara de Manoel Urbano, com a finalidade de instruir o Processo TCE nº 23.324.2016-70,

que trata de verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

116. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Lourival Olegário do Nascimento Júnior** e **Marcelo Rodrigues Feitosa**, realizaram inspeção na Prefeitura e Câmara de Rodrigues Alves, com a finalidade de instruir o Processo TCE nº 23.330.2016-20, que trata de verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

117. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Lourival Olegário do Nascimento Júnior** e **Marcelo Rodrigues Feitosa**, realizaram inspeção na Prefeitura e Câmara de Mâncio Lima, com a finalidade de instruir o Processo TCE nº 23.323.2016-60, que trata de verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

118. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Lourival Olegário do Nascimento Júnior** e **Marcelo Rodrigues Feitosa**, realizaram inspeção na Prefeitura e Câmara de Cruzeiro do Sul, com a finalidade de instruir o Processo TCE nº 23.319.2016-20, que trata de verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

119. No dia 06 de dezembro de 2017, as Auditoras de Controle Externo, **Samara Rodrigues da Costa Gressler** e **Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram visita na ANATEL, a fim de complementar a análise do Processo de Denúncia sobre possíveis irregularidades no PREGÃO Nº 751/2014 – CEL 01/SESP – Processo TCE/AC nº 22.205.2016-01, no qual é questionada a falta de Certificados de Homologação da Anatel;

120. No dia 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Adalzemir da Silva Braga**, **Johnatan Medeiros de Oliveira** e **Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram inspeção, com intuito de instruir o Processo Eletrônico nº 124.270, referente à Prestação de Contas, exercício de 2016;

121. No dia 08 de dezembro de 2017, os Auditores de Controle Externo, **Samara Rodrigues da Costa Gressler** e **Rosa Maria da Silva Nascimento**, realizaram visita *na*

SESP, a fim de complementar a análise do Processo de Denúncia sobre possíveis irregularidades no PREGÃO Nº 751/2014 – CEL 01/SESP – Processo TCE/AC nº 22.205.2016-01, no qual é questionada a falta de Certificados de Homologação da Anatel.

ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

Com relação às atividades típicas do controle externo, o Tribunal de Contas, dando prosseguimento à execução aos seus trabalhos, apresenta números expressivos, com observância às competências conferidas constitucionalmente e norteado, sobretudo, pela missão de garantir à sociedade a melhor aplicação dos recursos públicos, sem descuidar de seu papel social de orientar os gestores para que cada ato de gestão seja coerente com os princípios da administração pública, que concorrem para o alcance do bem comum.

O relatório trata das ações desenvolvidas pela Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO, **no exercício de 2017**, detalhando o fluxo processual e demais atividades realizadas pela Diretoria por Inspeção, o qual representa uma importante ferramenta na gestão dos processos instruídos no Setor. O Relatório é gerado mensalmente, e no final do trimestre elaborado o relatório de atividades a ser encaminhado ao Controle Interno, Corregedoria e Presidência desta Corte. É por meio dele que avaliamos periodicamente nosso desempenho, a fim de alcançarmos a eficácia e a celeridade desejadas na instrução processual.

Nosso objetivo é instruir o maior número de processos possíveis no mais curto espaço de tempo sem perdermos de vista, contudo, a **qualidade de nossas instruções**. Não basta fazer mais. Temos de fazer mais com qualidade.

No exercício de sua missão constitucional, o Tribunal de Contas também desempenha um papel educativo, ampliando o alcance das ações de controle externo e estimulando o controle social.

O TCE-AC tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Acre, e que abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que

resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou Municípios mediante convênio ou instrumento congênere.

O universo regular de jurisdicionados do TCE-AC compreende poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, economia mista e fundos jurisdicionados:

Tabela 01 – Quantidade de unidades jurisdicionadas do TCE-AC

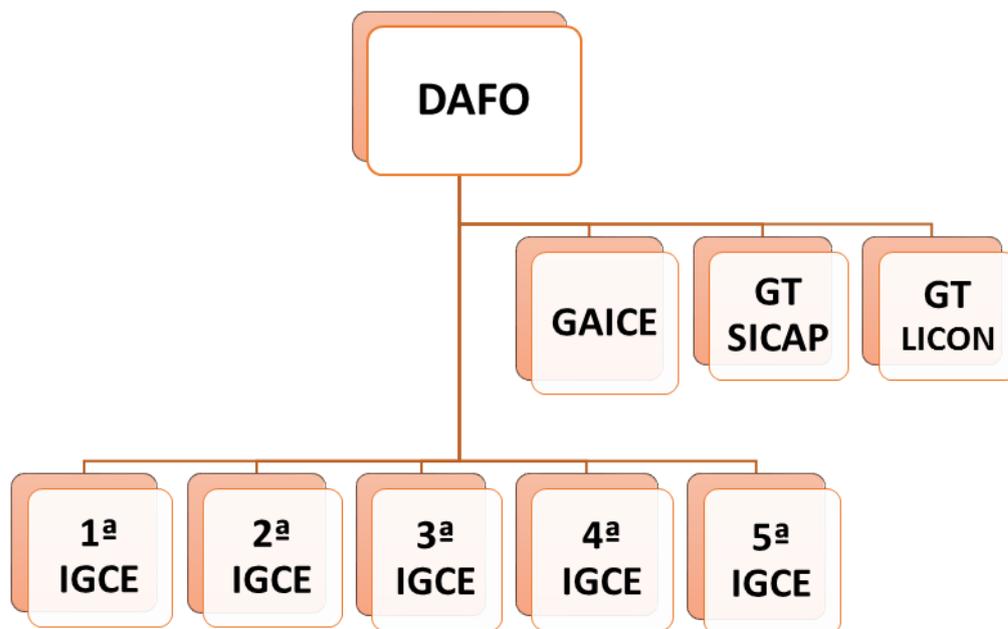
Natureza Jurídica	Quantitativo
Órgãos Estaduais	
Administração Direta (Poderes, Secretarias e Fundos)	61
Administração Indireta (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Economia Mista)	44
Órgãos Municipais	
Prefeituras Municipais	22
Câmaras Municipais	22
Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Economia Mista e Fundos Municipais	38
TOTAL	187

Fonte: Inspeorias Geral de Controle Externo

A execução dos seus serviços técnico-fiscalizatórios, atividade fim do TCE-AC, é atribuída à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO, compondo-se a estrutura administrativa de cinco Inspeorias Geral de Controle Externo juntamente com mais três grupo de trabalho.

Às Inspeorias compete o exame das demonstrações contábeis das unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a instrução dos processos de julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, fiscalizar também os programas, projetos e atividades relacionadas a obras e serviços de engenharia, bem como, a realização das inspeções julgadas necessárias pelo Tribunal de Contas.

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-AC têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; identificar erros, fraudes e seus agentes; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.



2.6.1 - Desempenho geral

De janeiro a dezembro de 2017, ingressaram na DAFO **4.079¹** processos que, somados ao estoque de processos remanescentes do mês de dezembro/2016 (4.469 processos), representam um ingresso geral de **8.548** processos. No mesmo período, demos saída em **3.328** processos.

Note-se que nestes doze meses a força de trabalho foi concentrada tanto na redução de processos novos quanto nos antigos, bem como, podemos considerar que nas 1ª, 2ª e 3ª IGCE estão com seus estoques reduzidos, e boa parte dos processos existentes estão prejudicados para análise em virtude da implantação do Sistema de Análise de Prestação de Contas (SIPAC) que ainda passa por ajustes.

¹ É imperioso ressaltar que boa parte destes processos são referentes aos processos de aposentadorias, bem como as primeiras aposentadorias e pensões do Instituto de Previdência de Rio Branco.

É importante frisar que restou um estoque para o próximo trimestre **5.220** (cinco mil, duzentos e vinte) processos, distribuídos pelas Inspetorias, em especial a 4ª IGCE.

É importante frisar que restou um estoque no fim de 2017 de **5.220** (cinco mil, duzentos e vinte) processos, distribuídos pelas Inspetorias, destes **4.491** (quatro mil, quatrocentos e noventa e um) são justamente da 4ª IGCE, ou seja, **81,36%**.

Até o final de 2018 esperamos reduzir ainda mais nosso estoque considerando o grande ingresso de processos referente aos Institutos de Previdência do Estado e Município.

2.6.2. - Composição processual

Para melhor elucidação vejamos a situação no período de janeiro a dezembro/2017, quanto aos ingressos e saídas na DAFO, conforme tabela abaixo.

Tabela 02: Fluxo Processual² de janeiro a dezembro de 2017 – DAFO

INSPETORIAS	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		TOTAL DE 12 MESES	
	Instruídos	P/ Instrução	Instruídos	P/ Instrução																						
1ª	25	24	29	28	28	25	36	25	36	23	36	27	35	24	34	24	28	20	30	17	19	22	26	24	362	285
2ª	60	82	98	139	140	159	47	57	88	71	103	208	157	72	126	167	144	160	132	129	83	82	96	49	1274	1375
3ª	26	20	24	26	21	20	29	23	25	50	34	31	24	13	21	27	31	23	31	39	30	26	18	10	314	305
4ª	71	44	134	146	88	178	85	204	153	160	110	206	97	184	161	180	112	132	83	216	102	204	49	84	1245	1939
5ª	05	04	03	06	06	07	01	03	05	05	03	01	01	06	05	06	05	07	07	07	03	14	00	00	44	66
Licon	04	03	04	03	08	21	14	08	06	04	09	10	08	12	08	04	05	08	08	15	04	11	11	10	89	108
TOTAL	191	177	292	348	291	410	212	320	313	313	295	483	322	311	355	408	325	350	291	423	241	359	200	177	3328	4079

Fonte: Sistema GEPRO e controle de entradas e saídas da DAFO.

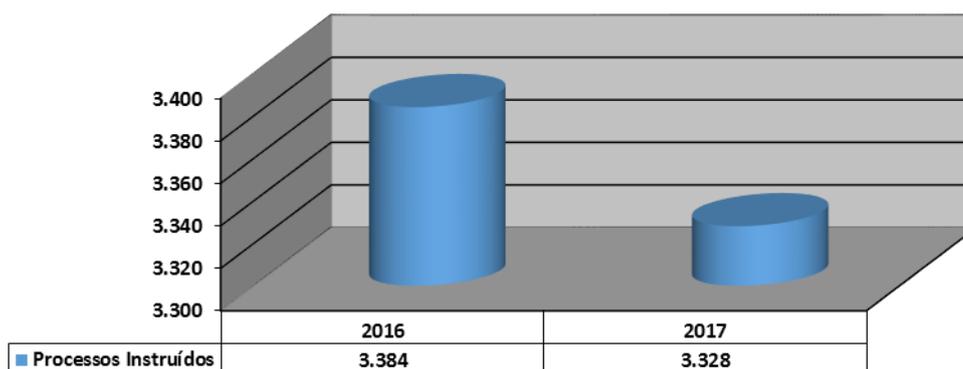
² Vimos a necessidade aperfeiçoar e qualificar as informações com relação ao controle dos processos na DAFO, pois os mecanismos atuais não conseguem espelhar a realidade.

Tabela 03: Comparativo do Fluxo Processual de 2016/2017

INSPETORIAS	TOTAL de 2016 ³		TOTAL de 2017		Δ2017/2016	
	Instruídos	Para Instrução	Instruídos	Para Instrução	Instruídos	Para Instrução
1ª IGCE	357	370	362	283	1,40%	-23,51%
2ª IGCE	1.042	1.016	1274	1375	22,26%	35,33%
3ª IGCE	250	285	314	308	25,60%	8,07%
4ª IGCE	1.614	2.144	1245	1938	-22,86%	-9,61%
5ª IGCE	58	92	44	66	-24,14%	-28,26%
LICON	63	67	89	109	41,27%	62,69%
TOTAL	3.384	3.974	3.328	4.079	-1,65%	2,64%

Fonte: Controle processual da DAFO.

Gráfico 1- Comparativo das saídas processuais – 2016/2017



Como podemos observar na tabela e no gráfico acima, a **DAFO** apresentou um decréscimo em comparação ao exercício de 2016, ou seja, apresentou uma **queda de 1,65%** de processos instruídos **em 2017**, tal situação é referente a decisão em relação aos processos de aposentadoria em relação a educação pela Lei Estadual nº 174.

³ Retirado do Relatório de Atividades da DAFO – Anual de 2016.

Tabela 04: Comparativo do Fluxo Processual do 1º, 2º, 3º e 4º Trimestre de 2017

INSPETORIAS	TOTAL DO 1º TRI de 2017		TOTAL DO 2º TRI de 2017		TOTAL DO 3º TRI de 2017		TOTAL DO 4º TRI DE 2017		TOTAL de 2017	
	Instruídos	Para Instrução	Instruídos	Para Instrução						
1ª IGCE	82	77	108	75	97	68	75	63	362	283
2ª IGCE	298	380	238	336	427	399	311	260	1274	1375
3ª IGCE	71	66	88	104	76	63	79	75	314	308
4ª IGCE	293	368	348	570	370	496	234	504	1245	1938
5ª IGCE	14	17	9	9	11	19	10	21	44	66
LICON	16	27	29	22	21	24	23	36	89	109
TOTAL	774	935	820	1.116	1.002	1.069	732	959	3.328	4.079
% >ou< 2016	127,09	105,65	110,96	147,04	115,17	99,07	62,78	76,47	98,35	102,64

Fonte: Controle processual da DAFO.

Tabela 05: Comparativo do Fluxo Processual do 1º, 2º, 3º e 4º Trimestre de 2016

INSPETORIAS	TOTAL DO 1º TRI de 2016		TOTAL DO 2º TRI de 2016		TOTAL DO 3º TRI de 2016		TOTAL DO 4º TRI DE 2016		TOTAL de 2016	
	Instruídos	Para Instrução	Instruídos	Para Instrução						
1ª IGCE	94	67	67	118	102	84	94	101	357	370
2ª IGCE	227	114	169	216	319	334	327	352	1.042	1.016
3ª IGCE	47	48	34	66	85	72	84	99	250	285
4ª IGCE	209	610	441	324	336	552	628	658	1.614	2.144
5ª IGCE	31	45	11	14	08	12	08	21	58	92
LICON	1	1	17	21	20	22	25	23	63	67
TOTAL	609	885	739	759	870	1.076	1.166	1.254	3.384	3.974

Fonte: Controle processual da DAFO.

Fazendo um comparativo entre os trimestres de 2016 em relação aos trimestres de 2017, conforme constam nas Tabelas 04 e 05 temos que, no 1º trimestre de 2017 a produtividade foi de **127,09%** nos processos instruídos, no 2º trimestre foi de **110,96%**, no 3º trimestre produzimos **115,17%** de processos instruídos na DAFO em comparação com os mesmos trimestres de 2016.

Contudo, salientamos que no 4º trimestre de 2017 houve uma **diminuição na produtividade e saíram apenas 62,78%** de processos em relação ao mesmo trimestre de 2016, é imperioso ressaltar que tal situação é referente as decisões do Pleno quanto aos processos de aposentadoria.

2.6.3. - PRODUTIVIDADE DAS INSPETORIAS

O TCE ao acompanhar as ações relacionadas à Administração Pública Estadual e Municipal tem empreendido significativos esforços no sentido de coibir a ocorrência de irregularidades, bem como atuado de modo a identificar e responsabilizar os agentes que tenham perpetrado práticas ilícitas contra o Erário.

A diretoria vem executando o Plano Anual de Auditorias, elaborado pela DAFO, mais especificamente quanto como Tema de Maior Significância – TMS - 2017 a fiscalização relacionada à Despesa com Combustíveis no Estado e Municípios Acreanos. O Tribunal desenvolveu ações de controle, ao longo de 2017 e continuará em 2018, verificando como está sendo controlado o consumo de combustível, bem como o acompanhamento da Despesa com pessoal e Transparência Pública de acordo a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros assuntos que estarão no PAF (Plano Anual de Fiscalização) para 2018 que seguirá para aprovação.

Nesse diapasão, as ações do controle externo neste ano de 2017 foram direcionadas para o fortalecimento das ações fiscalizadoras e de orientação na gestão pública, assim no decorrer destes 12 meses foram realizadas **21 circulares** a todos os nossos jurisdicionados⁴, quanto as **diligências foram realizadas 533**⁵ de modo a facilitar e melhorar a instrução processual, bem como notificações de Auditorias e Inspeções realizadas no período.

De janeiro a dezembro de 2017 foram realizadas **3.328 instruções** de processos de diferentes naturezas, correspondentes a **9,12**⁶ **instruções/dia**, em média.

⁴ 13 (treze) pela Dafo e 08 (oito) via Presidência.

⁵ Durante o ano saíram 942 ofícios, sendo 533 diligências. O restante foram respostas de ofícios recebidos, prorrogações de prazo e alguns cancelados.

⁶ Considerando 365 dias trabalhados, sendo que tal informação ficará maior desconsiderando os dias não trabalhados.

Estes resultados foram proporcionados pela sistematização e planejamento das ações desenvolvidas no âmbito das Inspetorias, com a elaboração de planos anuais de auditorias e adoção de padronizações de instrução de processos de contas anuais, enfatizando-se critérios de materialidade e buscando subsídios nos pareceres dos órgãos de controle, no sentido de otimizar a análise pelo TCE.

É importante ressaltar que este Tribunal vem atuando no sentido de aprimorar o desempenho das inspetorias, quer com a utilização de técnicas de auditoria, quer com a realização de auditorias governamentais específicas, que passam a examinar as despesas públicas não apenas sob a ótica da legalidade, mas também passam a considerar os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Para planejar e acompanhar essas ações foi elaborado pela DAFO e aprovado pela Presidência o Plano Anual de Fiscalização (PAF) das Prestações de Contas (PCA) e o Plano de Ação que está sendo executado neste exercício. Referidos planos contemplam as tomadas e prestações de contas, o exame e reexame das diversas espécies processuais no âmbito do controle externo e as auditorias especiais a serem desenvolvidas no exercício.

Para seleção das auditorias são utilizados como critérios a **materialidade, a relevância, o risco e a oportunidade**. Nesse sentido, são propostas auditorias governamentais específicas, em especial a de **Combustíveis** que esta em execução, com escopo previamente estabelecido e de **grande significância**, como também auditorias **operacionais**, as de **monitoramento** da Educação e Meio Ambiente, bem como a finalização da Saúde e a mais recente Previdência Estadual e Municipal.

Cumprido salientar que a meta estabelecida para a análise das Prestações de Contas Anuais e para a realização das outras demandas especiais, foi cumprida satisfatoriamente, no entanto, todas Inspetorias realizaram planejamentos específicos, em especial a 4ª IGCE que detém um pouco mais de 86,03% do estoque da DAFO.

2.6.3.1. PRIMEIRA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 1ª IGCE

É de competência da Primeira Inspetoria Geral de Controle Externo as ações relativas aos órgãos da administração direta e dos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado

e tem sob sua responsabilidade um total de 68 Órgãos, sendo: 34 Secretárias Estaduais e 34 Fundos.

No decorrer deste ano os esforços da IGCE concentraram-se na análise de Processos de Prestações de Contas, Denúncias e Apuração de Responsabilidade, tendo em vista que o estoque estava elevado no início do ano, totalizando 193 (cento e noventa e três) processos. Entretanto, com intuito de dar celeridade aos processos, foram realizadas algumas Visitas Técnicas para averiguação de Contratos e Convênios presentes em algumas Prestações de Contas.

No Exercício de 2017 foram instruídos 362 processos envolvendo assuntos diversos como: Prestações de Contas, Recurso de Reconsideração, Apuração de Denúncias e Processos Licitatórios.

A Tabela a seguir demonstra os números produzidos por esta IGCE no período de janeiro a dezembro de 2017.

Tabela 06: Produtividade da 1ª IGCE de 2017

Informações	Quant.
Saldo de dezembro de 2016	193
Processos para Instrução	283
Processos Analisados	362
Saldo de dezembro de 2017	114

Fonte: 1ª Inspeção Geral de Controle Externo

AUDITORIAS **- Auditoria Operacional**

O Tribunal de Contas do Estado do Acre firmou um Termo de Parceria junto ao Tribunal de Contas da União - TCU e o Instituto Rui Barbosa – IRB para participação nas Auditorias Operacionais – AOP coordenadas em âmbito nacional pelo TCU nas áreas da o qual contemplou a Primeira Inspeção de Controle Externo em quatro áreas: Educação, Saúde, Previdência e Segurança Pública.

A AOP Educação foi realizada no ano de 2013 no Ensino Médio, foi apreciada pelo Pleno desta Corte de Contas e em 2015 e 2016 foi realizado seu monitoramento que se encerrou neste ano de 2017. Já a AOP Saúde foi realizada no Ano/Exercício de 2014 nas Unidades Básicas de Saúde e seu processo já foi a Pleno, ficando para o Ano/Exercício de 2017 e 2018 seu Monitoramento.

Neste ano de 2017 está sendo realizado um trabalho na área da Segurança Pública, especificamente no Sistema Prisional, tendo em vista o acordo firmado com o Tribunal de Contas da União – TCU, onde a Auditoria está em execução desde o início deste ano.

- Auditoria de Conformidade

A Inspetoria vem realizando Auditorias de Conformidade com foco nos gastos com combustíveis. No Ano/Exercício de 2015 e 2016 foram realizadas nas Secretarias de Educação, Segurança, Saúde e Obras. Contudo, no mês de dezembro de 2016 foram abertos mais 07 (sete) Processos para realizar a mesma Auditoria em outras Secretarias. Neste exercício de 2017 a meta é finalizar as análises de 2015 e poder dar andamento nas demais Auditorias de Combustíveis no ano de 2018.

INSPEÇÕES E VISITAS TÉCNICAS

Os processos analisados na Inspetoria com certo grau de complexidade que necessitaram de *Visitas Técnicas* e *Inspeções* junto aos Órgãos/Secretarias para confirmar as informações e esclarecer dúvidas e incertezas foram feitos. Sendo assim, o que foi planejado foi executado no decorrer de 2017.

2.6.3.2. SEGUNDA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 2ª IGCE

À Segunda Inspetoria Geral de Controle Externo compete as ações relativas aos *Poderes Legislativo e Executivo dos Municípios do Estado do Acre*, num total de 76 *Órgãos/Entidades*, sendo: 22 Prefeituras; 22 Câmaras e 32 Fundos.

No exercício de 2017 foram instruídos **1.274** processos envolvendo assuntos diversos como: Prestações de Contas, Recurso de Reconsideração, Apuração Responsabilidade, Apuração de Denúncias e Processos Licitatórios.

Para tal levantamento foi utilizado o controle de processos realizado diariamente pela mesma, a qual foi possível fazer algumas constatações a respeito da

quantidade de processos, dos assuntos dos processos, quais estão atribuídos, quais são os órgãos que constam com maior número de processos e outras.

A Tabela a seguir demonstra os números produzidos por esta IGCE no período de janeiro a dezembro de 2017.

Tabela 07: Produtividade da 2ª IGCE de 2017

Informações da 2ª IGCE	Quant.
Saldo de dezembro de 2016	212
Processos para Instrução	1.375
Processos Analisados	1.274
Saldo de dezembro de 2017	313

Fonte: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

AUDITORIAS

Foi instituído um cronograma trabalho para a realização das auditorias de combustível do exercício de 2016, e foi executado 50% das auditorias referentes ao 2016 e 100% de 2014.

INSPEÇÕES E VISITAS TÉCNICAS

Durante o Ano de 2017 foram instruídos os processos referentes “inspeção para apurar a legalidade na contratação de serviços terceirizados pela prefeitura municipal, no período de janeiro de 2014 a julho de 2016”.

Ressaltando que durante o exercício de 2017 foram realizadas as visitas técnicas em 22 municípios do estado, para atender a etapa da validação do IEGM.

Foram realizadas as inspeções *in loco* de Atos Nulos em 20 municípios, faltando apenas os municípios de Rio Branco e Porto Acre.

LIMITAÇÃO PARA ALCANCE DAS METAS

- A entrada de processo de Prestação/Tomada de contas referente ao exercício de 2015, durante o período;
- A quantidade de processos de Apuração de Responsabilidade;

- A entrada de processos eletrônicos, principalmente os referentes “Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentaria”;
- Ausência de documentação, por parte de alguns jurisdicionados;
- Outras auditorias previstas para o exercício de 2017;
- O lapso temporal dificulta a análise do processo;
- A quantidade de auditorias que saíram do setor;
- O aumento da demanda de processos dentro da Inspeção.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os Processos referentes às **Contas de Gestão do exercício de 2015** foram apensados nos processos referentes as Contas de Governo de 2015;
- Os processos de Prestação de Contas Anual e Tomada de Contas, referente ao exercício de 2016, não foram analisadas durante este exercício de 2017;
- Do total de processos que saíram 48,27% é do tipo de Apuração de Responsabilidade;
- Nas reuniões são expostas as metas e como elas estão sendo trabalhadas no setor. A finalidade é que todos participem do alcance das metas sugerindo ideias;
- Durante o ano/2017 foram analisadas varias consultas na inspeção, com temas diversos, lembrando que este tipo de processo é prioridade na análise conforme determina nosso RI (regimento Interno);
- Também neste ano/2017 foram analisados vários processos que originaram medidas cautelares em varias entes, diante do caráter de urgência dos processos tiveram prioridade no setor;
- A conferência do estoque de processos da inspeção é realizada semanalmente, no intuito de verificar quais os processos que estão com mais 180 dias no setor, onde até o dia 18/12/2017 eram 48 (quarenta e oito), sendo entre eles as auditorias e inspeções que somam 31 (trinta e um) processos.
- Os Processos de Prestação/Tomada de contas do exercício de 2015 totalizam 21 (vinte e um) no setor, onde todos já tiveram o relatório preliminar confeccionado, assim estão todos na fase de conclusão.

- Os processos de Apuração de Responsabilidade que ingressarem no setor tiveram prioridade na análise, uma vez que, o montante resulta no aumento do estoque.
- Durante o ano de 2017 foram realizadas várias reuniões no setor, onde foram tratados assuntos pontuais, no intuito de informar e melhorar os trabalhos na inspetoria.
- Os auditores estão sempre a disposição da área de TI do TCE para possíveis ajustes nos sistemas, em especial o Sistema de Prestação e Análise das Conmtas - SIPAC.
- O setor acompanha diariamente as publicações do Diário Oficial do Estado, ressaltando que estes acompanhamentos originaram várias medidas de cautelares pelo descumprimento da LRF, referente ao limite da DTP.

2.6.3.3. TERCEIRA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 3ª IGCE

À Terceira Inspeção Geral de Controle Externo compete as ações da administração indireta do Estado e tem sob sua responsabilidade um total de 44 Órgãos, sendo: 8 Empresas de Economia Mista; 5 Empresas Públicas; 18 Autarquias, 10 Fundações, 2 Consórcios e 1 Serviço Social Autônomo.

Em abril de 2017, com a publicação da Lei Municipal nº 2.229/2017⁷, foi criado o Instituto de Tecnologia da Informação e Inovação do Município de Rio Branco – ITEC, sob a forma de autarquia, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil, tendo por finalidade: I - Promover a pesquisa e desenvolvimento da tecnologia da informação, no âmbito da Administração Pública Municipal; II - Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Administração Direta e Indireta do Município; III - Elaborar projetos e prestar assessoria e consultoria aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município na área de tecnologia da informação e seus assemelhados; dentre outras.

O Diretor-Presidente, Senhor Mafran Almeida de Oliveira foi nomeado por meio do Decreto Municipal nº 1.188⁸ de 17 de abril de 2017.

Além disso, o Município de Rio Branco ingressou no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA⁹.

⁷ Republicada por incorreção no DOE nº 12.037 de 24 de abril de 2017.

⁸ Publicado no DOE nº 12.035 de 19 de abril de 2017.

Ocorreu em julho a criação do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal¹⁰ que conta com a participação do Governo do Estado do Acre participa e se encontra em processo de formalização.

Outra situação de destaque no exercício é a estruturação da Prefeitura Municipal de Rio Branco para implantação do Programa de Parcerias Público Privada¹¹ (Lei Municipal nº 2.233 de 16 de junho de 2017).

Em síntese, este relatório visa dar conhecimento dos resultados obtidos no exercício de 2017 pela Terceira Inspeção Geral de Controle Externo. Os dados foram levantados a partir do sistema GEPRO, relatórios trimestrais, relação dos processos eletrônicos e da planilha de controle de dados do setor.

Quanto os trabalhos realizados de janeiro a dezembro de 2016, além das instruções processuais foram feitas diligências “in loco” para dar subsídio a análise das prestações de contas.

A Tabela a seguir demonstra os números produzidos por esta IGCE no período de janeiro a dezembro de 2017.

Tabela 08: Produtividade da 3ª IGCE de 2017

Informações da 3ª IGCE	Quant.
Saldo de dezembro de 2016	81
Processos para Instrução	308
Processos Analisados	314
Saldo de dezembro de 2017	75

Em 15/12/2017 constata-se a existência de 75 processos na Inspeção, sendo 39 físicos e 36 eletrônicos, que englobam os seguintes tipos: Acompanhamento, Apurar Responsabilidade, Inspeção, Pedido de Revisão, Embargos de Declaração, Prestação de Contas, Recurso de Reconsideração e Tomada de Contas.

AUDITORIAS

No exercício atual foram iniciadas duas Auditorias e defesas que tiveram como objeto o fornecimento e o consumo de combustível no exercício de 2014 e 2015. Os órgãos auditados foram o Departamento Estadual de Saneamento e Pavimentação – DEPASA e Departamento de Estradas e Rodagens, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE. Ainda não houve emissão do relatório de Auditoria, pois ainda estão em execução, são elas:

⁹ A Lei Municipal nº 2.156/2015 que autorizou a entrada do município no consórcio CIGA foi publicada no DOE nº 11.712 de 30 de dezembro de 2015.

¹⁰ Lei nº 3.264, de 17 de julho de 2017, publicada no DOE nº 12.097 de 18 de julho de 2017.

¹¹ Lei Municipal nº 2.233 de 16 de junho de 2017.

- Auditoria de Conformidade de Combustível – DEPASA e DERACRE, exercício 2016 (Aguardando documentação);
- Auditoria do Sistema Prisional (Elaboração de relatório).

INSPEÇÕES

Durante o ano de 2017 foram realizadas várias Inspeções *in loco*, no intuito de subsidiar as análises das prestações de contas desta Inspetoria.

LIMITAÇÃO PARA ALCANCE DAS METAS

- Não disponibilização das capacitações específicas, conforme planejamento;
- Necessidade de formulação de papéis de trabalho específicos para análise das despesas;
- Em razão de solicitação dos gestores foi necessária prorrogação de prazo para apresentação das informações diligenciadas, o que retarda a conclusão das análises.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- As instruções dos processos estão se adequando a Instrução Normativa TCE/AC nº 12/2017;
- O acompanhamento das decisões do Tribunal, antes restrito a decisões das prestações de contas, passou a evidenciar os demais processos no período de 3 anos anteriores ao da análise do processo;
- Auditoria de Conformidade de Combustível – DEPASA e DERACRE, exercício 2016 (Aguardando documentação);
- Auditoria do Sistema Prisional (Elaboração de relatório);
- Instrução de processos de primeira análise com foco na qualidade da análise da despesa¹²;
- Instrução dos demais processos como prestação de contas, recurso de reconsideração, auditoria e pedido de revisão.

¹² Tal metodologia foi aplicada aos processos em estoque na Inspetoria.

ATIVIDADES/AÇÕES RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Em 2017, no primeiro trimestre foi dedicado à estruturação da equipe. A partir do diagnóstico efetuado no mês de janeiro, onde se identificou os pontos fortes e fracos, foi traçada a estratégia para assegurar a qualidade dos relatórios ao mesmo tempo em que melhora o quantitativo processual.

Inicialmente dividiram-se os profissionais em dois grupos: o primeiro responsável por primeira análise de prestação de contas 2015 (5 servidores) e o segundo com a atribuição das demais demandas apresentadas (5 servidores).

Optou-se por construir papéis de trabalho para análise das despesas e verificar a consistência das demonstrações contábeis disponibilizadas no SIPAC, antes de iniciar a análise das prestações de contas 2015. Tal ação aliada ao apoio do Setor de TI possibilitou aprimorar o SIPAC.

No segundo trimestre iniciou-se com a aplicação dos instrumentos de fiscalização elaborados no trimestre anterior e aprofundamento nas análises das prestações de contas. A meta era retirar os processos mais antigos e priorizar a análise das prestações de contas do exercício de 2015.

Em julho ocorreu o primeiro debate técnico referente à contratação do serviço de contabilidade separada da locação de software contábil.

A opção de realização de visitas para instrução de prestação de contas perpassou os dois trimestres posteriores e foram aplicadas nas prestações de contas de 2016 também. Os auditores foram nas seguintes instituições: FMCGB, EMURB (3 visitas), FESPAC, DETRAN, FUNTAC, ACREDATA, DEPASA, ACREPREVIDÊNCIA, IMC, FUNDHACRE, SAERB e SANACRE.

Algumas visitas foram realizadas em parceria com a 5ª IGCE: municípios de Xapuri e Capixaba (CONDIAC), Tarauacá, Feijó e Jordão (CONDIFETAJ).

Outras foram em parceria com a 1ª IGCE: Presídio de Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Por sua vez, a visita realizada no Ministério Público do Estado do Acre teve como objetivo o intercâmbio de informações e instrução processual¹³.

As capacitações solicitadas foram: Temas Avançados em Licitações Públicas, Contabilidade com ênfase na Lei nº 6.404/76, Análise de Investimentos, Práticas de Auditoria Operacional na Administração Pública, Parceria Público Privada, Consórcios, REFIS, Auditoria Financeira, Convênios e Curso Lei nº 13.303 – Responsabilidade das Empresas Estatais.

As capacitações realizadas foram:

1. Vícios em licitações e contratos: ministrada pela equipe do LICON, a palestra objetivava a partir do nivelamento de informações otimizar a utilização dos recursos disponíveis na Instituição, promover a disseminação do conhecimento, uniformizar os entendimentos e fortalecer os sistemas existentes no TCE/AC;
2. Curso Redação de Relatório de Auditoria, ministrado nos dias 28 e 29 de março de 2017, onde participaram 6 servidores;
3. Curso Questões Polêmicas na Legislação de Pessoal, Aposentadorias e Pensões nos dias 03 e 04 de julho de 2017;
4. SECOFEM participaram três auditores;
5. Cursos de Espanhol, dois auditores;
6. Curso de Italiano, três auditores,
7. Curso de Inglês, três auditores.

Ainda ocorreu a participação do Auditor de Controle Externo Roberto Carlos da Rocha no Workshop de Planejamento da Auditoria Coordenada do Sistema Prisional na sede do TCU em Brasília – DF.

Em dezembro foi concluído e apresentado aos auditores o Plano Anual de Fiscalização – PAF, concebido a partir da sugestão apresentada pelas Inspetorias Gerais de Controle Externo, construída de modo participativo, interativo e iterativo, alinhado aos objetivos estratégicos do Plano Estratégico TCE-AC 2016/2022 (Instrução Normativa nº 11, de 27 de outubro de 2016), no intuito de proporcionar análises mais completas e decisões mais assertivas, que contribuam para a eficácia do controle externo.

¹³ Documentos referentes a execução de despesa da EMURB ficaram retidos no Ministério Público Estadual, resultado da Operação Mídas.

Outra ação foi a revisão do Manual de Referência da Resolução nº 087/2013, publicado por meio da Portaria nº 512/2017 e disponibilizado no portal do gestor. As mudanças significativas destinam-se ao fortalecimento dos Sistemas LICON, SIPAC e SICAP que são alimentados pelas informações disponibilizadas pelos gestores, bem como o padrão mínimo de análise estabelecido.

2.6.3.4. QUARTA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 4ª IGCE

À Quarta Inspeção Geral de Controle Externo Compete as ações relativas à fiscalização dos atos de pessoal, de acordo com o art. art.34, IV da LCE nº. 38/93 (Lei Orgânica do TCE): *IV - à Quarta Inspeção Geral de Controle Externo (4ª IGCE), as relativas aos Fundos Especiais, admissão, aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos do Estado.* Além de realizar as inspeções e auditorias relacionadas à área de pessoal.

O desempenho da Inspeção no ano de 2017 foi muito bom. Foram analisados processos dos oriundos de planos de carreira que detínhamos em maior quantidade. Em 2017, iniciamos também iniciamos a análise dos processos do Rbprev.

Passamos a receber processos de aposentadoria no formato digital, via sistema de processo eletrônico, conforme regulamentado na Resolução nº. 103, de 04 de outubro de 2016 do TCE/AC. Além disso, iniciou-se a digitalização dos processos já existentes na 4ª IGCE para que sua análise e conclusão ocorram de forma eletrônica. Neste ano, no total **foram analisados 785**, sendo que destes **78 ficaram sobrestados**. Os demais **707 processos saíram conclusos**.

Com a colaboração da servidora Maria Ivone Silva conseguimos sanear muitos processos de maneira informal junto ao ACREPREVIDENCIA, primordialmente, nos casos em que a ausência de documentos não permitia a conclusão da análise. Trabalhos como este agilizam e garantem mais eficiência as nossas atividades.

A Tabela a seguir demonstra os números produzidos por esta IGCE no período de janeiro a dezembro de 2017.

Tabela 09: Produtividade da 4ª IGCE de 2017

Informações da 4ª IGCE	Quant.
Saldo de dezembro de 2016	3.798
Processos para Instrução	1.938
Processos Analisados	1.245
Processos Registrados em 2017 ¹⁴	578
Saldo de dezembro de 2017	4.491

Na IGCE trabalhamos com metas mensais, conforme o tipo de processo analisado (se aposentadoria, apurar responsabilidade, denúncia, etc).

Ressaltamos ainda, que **este foi um ano atípico**. O quadro da IGCE é composto por 08 (oito) auditores, mais a Sra. Maria Ivone¹⁵. Já no início do ano a servidora Janette entrou de licença maternidade¹⁶, ficando afastada de fevereiro a novembro. A servidora Gilmara também se afastou em agosto e permanece afastada até a presente data. E o servidor Josué foi cedido em junho para a Prefeitura de Rio Branco.

Portanto, a IGCE em 2017 realizou suas atividades com 66,66% de seu pessoal, mesmo assim conseguimos superar a quantidade de processos que saíram em 2016.

Hoje, 18/12/2016 temos um passivo de **2.131** processos físicos e **2.360** processos eletrônicos, num total de **4.491**¹⁷.

AUDITORIAS

Neste ano de 2017, priorizamos analisar os processos que estavam parados na IGCE, para tanto, não realizamos auditorias, considerando que o quantitativo de pessoal na IGCE não nos permitiu avançar nesta competência.

INSPEÇÕES

Não realizamos inspeções, pelas mesmas justificativas explicitadas no item

Auditorias.

¹⁴Dados extraídos do Livro nº. 3 e não dos relatórios trimestrais.

¹⁵ Que também analisa processos.

¹⁶ E férias.

¹⁷ Informações retiradas no Sistema Eletrônico de processos e do Sistema GEPRO no dia 18/12/2017.

ATIVIDADES/AÇÕES RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Este ano passamos a contar com o SICAP, Sistema criado pelo Tribunal para fiscalizar a folha de pagamento dos jurisdicionados, bem como auxiliar nas auditorias na área de pessoal, competência que o Tribunal não exercia por não ter um sistema para auxiliar neste seara. Ele foi instituído pela Resolução n.º. 102, de 28 de abril de 2016. Conseguimos instruir alguns processos sobre denúncia de acumulação com informações geradas pelo Sistema.

2.6.3.5. QUINTA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 5ª IGCE

À Quinta Inspeção Geral de Controle Externo, no desempenho de suas atribuições fixadas no **Art. 34, inc. V da LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 259/2013**, consistente no exercício do Controle Externo na execução de obras e serviços de engenharia, e na preservação e recuperação do meio ambiente.

Os jurisdicionados que temos relação institucional são os Órgãos/Entidades, sendo: DEPASA, SEOP, DERACRE, SEMA, IMAC, CDSA, SEMEA, SEDUOP, SEMSUR, EMURB.

O presente relatório trata das ações desenvolvidas pela 5ª Inspeção, nos meses de janeiro a dezembro de 2017 detalhando o fluxo processual e demais atividades realizadas. As informações apresentadas foram obtidas do Controle Processual da Inspeção e do Sistema de Gestão de Processos – GEPRO.

Esta Inspeção procedeu à análise de processos para apurar irregularidades, denúncias, inspeções, embargos de declaração e concorrência pública, dentro de sua atribuição e competência.

Os contratos para execução de obras e serviços de engenharia do setor público, de maneira geral, envolvem elevado volume de recursos (relevância material), são responsáveis pela geração direta e indireta de significativo número de empregos (relevância social) e apresentam um produto visível e de interesse (infraestrutura e equipamentos públicos) à população.

Assim, os gastos com obras públicas sempre receberam atenção especial dos meios de comunicação e da opinião pública, possivelmente em razão do histórico de escândalos, irregularidades e fraudes em grandes e pequenas obras executadas pelas três esferas de governo.

A Tabela a seguir demonstra os números produzidos por esta IGCE no período de janeiro a dezembro de 2017.

Tabela 10: Produtividade da 5ª IGCE de 2017

Informações da 5ª IGCE	Quant.
Saldo de dezembro de 2016	181
Processos para Instrução	66
Processos Analisados	44
Saldo de dezembro de 2017	203

A produtividade desta inspetoria foi satisfatória na medida em que levamos em conta a complexidade das auditorias de obras e serviços de engenharia, bem como, na área ambiental.

AUDITORIAS

- Planejamento de auditoria ambiental nos municípios acerca da coleta e destino de resíduos sólidos, elaboração das matrizes e questionários abrangendo todos os municípios do Estado;
- Planejamento para o monitoramento da expedição de licenças ambientais pelo IMAC;
- Verificação e acompanhamento das recomendações contida no acórdão nº 8.799/2014 exarada nos autos do processo nº 17.403.2013-10, AUDITORIA OPERACIONAL, nas Secretarias de Estado do Meio Ambiente – SEMA e de Desenvolvimento Florestal da Indústria e do Comércio - SEDENS.

INSPEÇÕES

- Destacamos o planejamento das inspeções feitas ao interior do Estado nos municípios de: Porto Acre, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro (Vila Campina), com referência ao Programa “Ruas do Povo”.

LIMITAÇÃO PARA ALCANCE DAS METAS

- Quantidade limitada de auditores para analisar, instruir, verificar documentos, realizar diligências e produzir relatórios.
- Demora do gestor para responder e enviar documentos solicitados, pedidos de prorrogações de prazo sem motivação, envio equivocado de documentos.
- Falta de disponibilização eletrônica dos documentos relativos aos projetos das licitações e execução dos contratos, o que reduziria o tempo de análise.

ATIVIDADES/AÇÕES RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

- Participamos do Planejamento Estratégico da Escola de Contas, onde foram discutidas metas e estratégias para o melhor funcionamento desta escola em todos os níveis.
- Um dos destaques do ano foi à elaboração do **Plano Anual de Fiscalização – PAF para 2018**, cujo trabalho se pretende iniciar o aperfeiçoamento das áreas e dos objetos de controle, onde compete a atuação da 5ª Inspeção, ampliando sua capacidade de atuar com base em risco.
- Destacamos também a **Reunião em 14/08 com os técnicos da área de Meio Ambiente sobre a Proposta de Ampliação da Atuação do Tribunal de Contas na Área de Meio Ambiente**.
- É de fundamental importância à ampliação da atuação desta Corte de Contas na área ambiental com objetivo precípuo de contribuir com a defesa e preservação do patrimônio ambiental no Estado.

Áreas de Atuação:

1. Resíduos Sólidos;
2. Áreas Protegidas;
3. Licenciamento Ambiental;
4. Inspeções e Controle em Programas e Projetos Especiais;
5. Prestação de Contas de Instituições que atuam nas áreas ambientais e de desenvolvimento sustentável;
6. Representações;

7. Ouvidoria Ambiental.

- Ainda na área de Meio Ambiente, planejamos as atividades de inspeção nos municípios que compõem o CONDIAC E CONDIFETAJ, com o objetivo de verificar a gestão e operação dos sistemas de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Embora as solicitações sejam sempre de cópias de documentos de processos que deveriam estar prontos, persiste a demora no envio de respostas e documentos, o verdadeiro gargalo para a análise dos processos;
- Reunião com palestrante da Prefeitura Municipal de Rio Branco e 5ª IGCE, sobre o Sistema de Gerenciamento Urbano da Cidade de Rio Branco – SITGeo, onde foram comentadas as diversas fases desse sistema.

2.6.4. - GRUPO DE TRABALHO DO LICON

O Tribunal de Contas do Estado do Acre, no exercício de suas atribuições, constitucionais, legais e regimentais instituiu o cadastro eletrônico dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, adesão à ata de registro de preços e contratos no Portal de Licitações – LICON, por meio da Resolução nº 97/2015.

Visando o acompanhamento, análise e uniformização de procedimentos desses cadastros eletrônicos foi constituído, por meio da Portaria nº 578/2015, Grupo de Trabalho – GT/LICON no âmbito da DAFO. Para tanto, foram designados 03 Analistas de Controle Externo para execução das atividades.

As atividades previstas e desenvolvidas pelo GT/LICON foram:

- (i) rotinas de análise de licitações, adesões a ata, dispensas, inexigibilidades e contratos;
- (ii) acompanhamento e análise de licitações, adesões a ata, dispensas, inexigibilidades e contratos;

(iii) subsídio no desenvolvimento do Portal de Licitações (LICON) e na construção do módulo de auditoria dos processos licitatórios;

(iv) acompanhamento do Diário Oficial do Estado, Diário Eletrônico de Contas e Diário Eletrônico da Justiça.

Adicionalmente, foram incorporadas novas atividades:

(i) Análise, instrução e elaboração de relatórios para as atividades relacionadas a licitação e contratação pública;

(ii) Assessoramento aos jurisdicionados e servidores do TCE no que concerne a licitação e contratação pública.

2.6.4.1. Desempenho do GT/LICON

2.6.4.1.1 Análise de Controle Prévio

Em 2017, foram analisados preventivamente **84 (oitenta e quatro) processos**, totalizando **R\$ 695,7 milhões**, que representa **21,8% do volume** cadastrado eletronicamente no LICON de licitações. Os principais processos analisados foram: medicamentos, obras de elevados vultos, terceirização de mão de obras, entre outros.

A tabela 11 detalha por trimestre e o acumulado nos últimos 12 meses os procedimentos de compras analisados com seus valores estimados.

Tabela 11 – Controle de licitações analisadas pelo GT/LICON

Procedimento de Compra Pública	1º T/2017		2º T/2017		3º T/2017		4º T/2017		Acum. últimos 12 meses	
	Quant.	Valor - R\$	Quant.	Valor - R\$	Quant.	Valor - R\$	Quant.	Valor - R\$	Quant.	Valor - R\$
Adesão a ARP	1	8.563.102,32	1	8.982.068,00	1	3.284.294,46	3	4.791.319,21	6	25.620.783,99
Licitação	24	149.749.443,45	24	115.070.024,87	23	388.117.381,43	6	16.782.182,67	77	669.719.032,42
Dispensa de Licitação	-	0,00	-	-	1	452.895,00	0	0,00	1	452.895,00
TOTAL	25	158.312.545,77	25	124.052.092,87	25	391.854.570,89	9	21.573.501,88	84	695.792.711,41

Fonte: Sistema LICON. Dados consolidados pelo GT/LICON.

Entre outubro e dezembro de 2017, o GT/LICON analisou e monitorou efetivamente **09 (nove) procedimentos** relacionados a licitações e adesões a Ata de Registro de Preços, que totalizam valor estimado de **R\$ 21.573.501,88**.

Decorrente dessas análises do GT/LICON no último trimestre, foram identificados **07 (sete) processos que apresentaram algum tipo**

inconformidade/irregularidade que subseqüentemente foram repassados aos responsáveis por e-mails (ALERTAS) solicitando correção e/ou devida explicação por meio de notificações.

Dessas notificações, **6 (seis) foram respondidas**, sendo que 4 (quatro) situações as inconformidades/irregularidades foram sanadas/explicadas e 2 (duas) culminaram com autuação de processo.

2.6.4.1.2. *Análise de Processos Autuados*

A partir de abril de 2016 o GT/LICON iniciou atividades de análise, instrução e elaboração de relatórios relacionados aos processos do TCE. Frisa-se que, iniciamos em 2017 com um saldo de 04 (quatro) processos, foram encaminhados 109 (cento e nove) processos ao GT/LICON, desses 63 (sessenta e três) foram instruídos, ficando o estoque de 24 (vinte e quatro) processos pendentes de instrução.

Tabela 12: Produtividade do LICON de 2017

Informações da 5ª IGCE	Quant.
Saldo de dezembro de 2016	04
Processos para Instrução	109
Processos Analisados	89
Saldo de dezembro de 2017	24

2.6.4.1.3. *Atividades Correlatas do GT/LICON*

O GT/LICON acompanha diariamente as publicações relacionadas a compras públicas e os respectivos cadastros no Sistema LICON com objetivo de verificar o recebimento das informações para proceder a devida análise. No 4º trimestre de 2017, **83,1% das licitações identificadas foram cadastradas** no LICON.

Resultante deste acompanhamento e tendo em vista o cumprimento da Resolução TCE/AC nº 97/2015, foram emitidos **01 (uma) Comunicação Interna - CI** pelo GT/LICON, solicitando providências cabíveis quanto ao descumprimento da Res. nº 97/2015, em especial art. 1º, dispendo:

“que os responsáveis pelos Poderes e Órgãos, incluindo fundos e outras entidades sujeitas à fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE/AC efetuarão eletronicamente o cadastro das licitações, dos atos de dispensa ou

inexigibilidade de licitação bem como os contratos envolvendo recursos públicos vinculados à sua gestão, mesmo que transferidos por convênio ou outro modo legal a outra entidade ou pessoa física, através de preenchimento dos formulários e envio de arquivos através Portal das Licitações no site www.tce.ac.gov.br”.

Adicionalmente, foram emitidas **08 (oito) CIs** contendo esclarecimentos sobre denúncias e pedido de esclarecimentos à Ouvidoria, bem como, sobre indícios de irregularidades e/ou ilegalidades em licitações, adesões, dispensas e inexigibilidades.

Outra atividade importante, foi relacionada ao controle das modificações das licitações, dispensas, inexigibilidades e adesões a ata de registro de preços cadastradas no Sistema LICON. Em 2017, o total de modificações analisadas foi de **923** alterações, sendo que **138** foram indeferidas, já no trimestre foram solicitadas e analisadas **239 alterações**, volume 11,1% menor que o trimestre anterior.

Acompanhamento por Auditor

O GT/LICON é composto por 04 Auditores, tendo como Coordenador o Auditor de Controle Externo Roney Wellington da Silva Caldera, que atua no desenvolvimento das propostas de rotinas de auditoria, controle de qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos demais auditores, desenvolvimento do Sistema LICON, com destaque para o módulo de auditoria, entre outras.

Os auditores José Amarísio Freitas de Souza, Arthur de Oliveira Viana Neto e Gerson da Silva Januário realizam acompanhamento e análise das licitações, análise, instrução e elaboração de relatórios, bem como, auxiliam no desenvolvimento das rotinas de auditoria e no desenvolvimento do módulo de Auditoria do Sistema LICON. Este último, também atua no desenvolvimento do Sistema, junto a equipe da Universidade Federal Campina Grande. Em dezembro de 2017 o Auditor Jânio Mário passou a compor o Grupo de Trabalho do GT/LICON.

Em relação ao acompanhamento e análise dos processos de compras públicas a tabela 13 detalha a produtividade dos Auditores que integram o GT/LICON em 2017.

Tabela 13- Controle de licitações

Processo/ Auditor	1º T/2017		2º T/2017		3º T/2017		4º T/2017	
	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Amarísio Freitas	10	68.662.565,75	7	44.910.881,48	11	321.865.746,79	1	1.388.725,20
Arthur Viana	8	25.392.794,36	14	70.769.704,93	7	29.231.252,71	7	19.850.449,00
Gerson Januário	6	56.910.785,85	3	7.023.533,52	4	32.933.694,11	1	334.327,68
Roney Caldera	1	7.346.399,81	1	1.347.972,94	3	7.823.877,28 4	-	-
Jânio Mario	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	25	158.312.545,77	25	124.052.092,87	25	124.052.092,87	9	21.573.501,88

Fonte: Sistema LICON. Dados consolidados pelo GT/LICON.

No que refere aos processos atuados e encaminhados ao GT/LICON, segue abaixo detalhamento dos processos instruídos em 2017, com destaque para o 4º trimestre de 2017 dividido por auditor.

Tabela 14 - Controle de processos analisados

Auditor	1º T/2017	2º T/2017	3º T/2017	4º T/2017	TOTAL
Amarísio Freitas	6	4	5	6	21
Arthur Viana	2	4	6	4	16
Gerson Januário	4	20	6	12	42
Roney Caldera	4	1	4	0	9
Jânio Mario	0	0	0	1	1
TOTAL	16	29	21	23	89

Fonte: Dados Consolidados da GT/LICON

2.6.4.2. Demais Informações do GT/LICON

2.6.4.2.1. Atividades em Execução:

- O GT/LICON já disponibilizou a primeira versão dos seguintes produtos: (i) proposta de fluxo para análise; (ii) proposta de amostragem para os processos que serão auditados; (iii) *check list* revisado a ser aplicado nas compras públicas; (iv) modelo de relatório e (v) estrutura e funcionamento do módulo de auditoria. Contudo, estes produtos continuam em pleno funcionamento e aperfeiçoamento.

Outras Informações:

- Existe por parte do GT/LICON assessoramento aos jurisdicionados municipais e estaduais, bem como aos Auditores do TCE, quanto as regras e procedimentos de licitação;
- No último trimestre foi encaminhado juntamente com Cons. Antônio Jorge Malheiro a papeleta de julgamento nº 004/2017 sobre o cadastro do empenho no sistema LICON.

Metas alcançadas:

- As metas relacionadas ao LICON serão monitoradas a partir de 2018, conforme definido no Planejamento Estratégico do TCE/AC.

Limitação Para Alcance Das Metas:

- As análises preventivas realizadas pelo GT/LICON estão sendo impactadas pelas instruções processuais, pois o Grupo é composto por número reduzido de Auditores.
- Durante 2017, foi disponibilizado, pelos menos, 2 auditores para prestar serviços junto ao Tribunal do Júri, sendo Gerson Januário no 1º semestre e Roney Caldera no 2º semestre de 2017.

2.6.5. - GRUPO DE TRABALHO DO GAICE, IEGM, PNE E SICAP

O Tribunal de Contas do Estado do Acre, no exercício de suas atribuições, constitucionais, legais e regimentais instituiu demais grupos de trabalho que estão em fase de implantação, ou seja, o SICAP foi instituído pela Resolução TCE nº 102/2016 está em fase de elaboração dos módulos de Auditoria e na formação de trilhas de trabalho. O IEGM e PNE estão em consonância com os trabalhos que são dirigidos pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – ATRICON.

Quanto ao GAICE os trabalhos realizados diz respeito as informações estratégicas de controle externo juntamente com o projeto ODP¹⁸.

¹⁸ Observatório de Despesa Pública.

2.6.6. - DAFO EM NÚMEROS

Tabela 13

SITUAÇÕES	QUANTIDADE
AUDITORES	72 ¹⁹
PROCESSOS INSTRUÍDOS	3.328
ENTRADA DE PROCESSOS	4.079
ESTOQUE PROCESSUAL	5.220
AUDITORIAS/INSPEÇÕES/VISITAS TÉCNICAS	169
REGISTRO DAS APOSENTADORIAS	6.149
DILIGÊNCIAS REALIZADAS	533
CIRCULARES REALIZADAS	21
JURISDICIONADOS	187
ALERTAS LICON	62
RECURSOS PÚBLICOS ANALISADOS	R\$ 6.875.344.708,26 ²⁰
SERVIDORES CAPACITADOS	91%
ESTAGIÁRIOS	09

2.6.7.- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO iniciou o ano de 2017, com 4.469 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove) processos em estoque e nesse período entraram 4.079 (quatro mil e setenta e nove reais) para instrução e **saíram 3.328** (três mil, trezentos e vinte e oito) processos instruídos, ficando para o próximo ano um **estoque de 5.220** (cinco mil, duzentos e vinte) processos, distribuídos pelas Inspetorias, conforme tabela abaixo.

Tabela 14: RESUMO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL GERAL DA DAFO

Inspetoria	Saldo anterior	Percentual Estoque		Entradas	Saídas	Saldo final	Percentual Estoque	
		Anterior	Por IGCE				Por IGCE	Por IGCE
1ª IGCE	193	4,32%		283	362	114		2,18%
2ª IGCE	212	4,74%		1.375	1.274	313		6,00%
3ª IGCE	81	1,81%		308	314	75		1,44%

¹⁹ Excluindo os Inspetores, Diretora e as servidoras da Secretaria.

²⁰ O Estado do Acre possui 22 municípios, com população estimada em 806.088 habitantes com volume estimado de recursos públicos de R\$ 1.176.891.753,5720 a nível municipal e R\$ 5.698.452.954,6920 a nível estadual.

4ª IGCE	3.798	84,99%	1.938	1.245	4.491	86,03%
5ª IGCE	181	4,05%	66	44	203	3,89%
LICON	04	0,09%	109	89	24	0,46%
Total	4.469	100,00%	4.079	3.328	5.220	100,00%

Fonte: Dados registrados na DAFO e Sistema GEPRO.

São esses, em síntese, os dados dignos de registro decorrentes de atividades de natureza do efetivo exercício do controle externo confiado a DAFO, no decurso do exercício de 2017.

2.7. Atividades Administrativas - DAF

APRESENTAÇÃO

Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Acre julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos Estadual e Municipais, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulta danos ao erário público, conforme capitulado no art. 36, I, da Lei Complementar Estadual nº 38, de 27 de dezembro de 1993.

As atividades realizadas pelo conjunto de divisões que integram a DAF são relatadas no presente documento, que foi estruturado em seis itens.

2.7.1. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as atividades da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) no período de janeiro a dezembro de 2017, dirigido pelo senhor Jaime Fontes Vasconcelos, conforme Portaria nº 001, de 04 de janeiro de 2017, publicada no Diário Eletrônico de Contas (DEC) nº 544, de 04 de janeiro de 2017.

A Diretoria é responsável pelas funções de apoio administrativo e financeiro necessárias ao funcionamento e manutenção do Tribunal de Contas, tendo desdobramento operacional em três divisões, conforme preceitua o artigo 35, da Lei Complementar Estadual nº 38, de 27 de dezembro de 1993.

A estrutura atual da DAF engloba as seguintes divisões e seus respectivos colaboradores:

Divisão de Recursos Humanos (DRH) – Rodrigo **Roesler** (Portaria nº 195, de 19 de abril de 2017. Publicada no DEC nº 614, de 19 de abril de 2017)

Divisão de Serviços Administrativos (DSA) – Haender Santos Pereira (Portaria nº 05, de 09 de janeiro de 2017. Publicada no DEC nº 547, de 09 de janeiro de 2017).

Divisão de Serviços Financeiros (DSF) – Aderbal Abreu de Lima (Portaria nº 005, de 05 de janeiro de 2015. Publicada no DEC nº 66, de 08 de janeiro de 2015).

Além das três Divisões, está também ligada à DAF a Comissão Permanente de Licitação (CPL).

2.7.2. ATIVIDADES DA SECRETARIA DA DAF

As atividades da Secretaria da DAF no período de janeiro a dezembro de 2017 compreenderam:

- Gestão dos Contratos;
- Elaboração dos Contratos;
- Elaboração de Comunicações Internas, Ofícios, Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviços;

- Instrução de Processos de Dispensa e de Inexigibilidade;
- Emissão de passagens;

- Despachos e encaminhamentos para Processos Administrativos;
- Encaminhar atos administrativos do Tribunal de Contas para publicação no Diário Eletrônico de Contas;
- Encaminhar deliberações do Tribunal de Contas para publicação no Diário Oficial do Estado;
- Formular termos aditivos aos contratos;
- Recebimento de Notas Fiscais e Faturas;
- Elaboração de relatório das atividades trimestrais;
- Cadastramento eletrônico dos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade, lançamento dos contratos no Portal de Licitações do Tribunal de Contas (Sistema LICON), conforme orienta a Resolução TCE nº 97, de 14 de maio de 2015 (publicada no DEC nº 191, de 14 de julho de 2015 e no DOE nº 11.597, de 15 de julho de 2015);

Até o final do quarto trimestre do exercício de 2017, o Tribunal de Contas do Acre firmou 40 (quarenta) Contratos com o objetivo de apoiar as atividades de controle externo, bem como visando à manutenção dos serviços administrativos.

2.7.3. ATIVIDADES DA DRH

Os principais resultados das atividades desenvolvidas pela Divisão de Recursos Humanos em 2017 podem ser observados a seguir:

- 24 (vinte e quatro) alteração no sistema de folha de pagamento referentes à promoção por escolaridade;
- 86 (oitenta e seis) alterações no sistema de folha de pagamento referentes a promoções por avaliação de desempenho;
- 23 (vinte e três) registro no sistema de folha de pagamento referente à lotação de servidor;
- 317 (trezentos e dezessete) registros no sistema de ponto eletrônico referentes às férias;
- 40 (quarenta) registros em ponto eletrônico, referente à Licença Prêmio;
- 01 (um) pagamento de auxílio funeral;
- 330 (trezentos e trinta) concessões de férias;
- 06 (seis) registro em ponto eletrônico, referente à licença maternidade;

- 32 (trinta e duas) antecipações de pagamento de gratificação natalina;
- 01 (um) registro em ponto eletrônico, referente à licença paternidade;
- 37 (trinta e sete) registros em ponto eletrônicos, referentes a afastamento por doença em pessoa da família;
- 208 (duzentos e oito) registros em ponto eletrônico, referente às licenças para tratamento de saúde até 15 dias;
- 12 (doze) registros em ponto eletrônico referente à licença para tratamento de saúde superior a 15 dias;
- 403 (quatrocentos e três) processos eletrônicos prestados informações;
- 100 (cem) Ofícios Expedidos;
- 52 (cinquenta e dois) requerimentos contendo a informação da margem consignável;
- 16 (dezesesseis) encaminhamentos à Junta Médica Oficial do Estado do Acre;
- 12 (doze) arquivos enviados ao SICAP, referentes aos meses: outubro, novembro e dezembro;
- 12 (doze) arquivos enviados através do SEFIP, para cumprir as obrigações com os encargos obrigatórios;
- 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) alterações na folha de pagamento em razão do aumento salarial;
- 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) folhas complementares referentes aos auxílios alimentação e saúde;
- 228 (duzentos e vinte e oito) folha complementar referente a diferença salarial dos meses de julho e agosto;
- 12 (doze) outros requerimentos dos servidores;
- 01 (um) concessão de gratificação de sexta parte;
- 05 (cinco) adiantamentos do 13º salário;
- 06 (seis) operações de assentamento funcional e restituição;

Apresentamos abaixo os principais resultados das atividades desenvolvidas pela Divisão de	Quantidade
1 – Ativos	214
1.1 - Ativos Regime Próprio	194
1.1.1 - Ativos Regime Próprio em folha	187

1.1.2 - Regime Especial	12
1.1.3 - Quadro Permanente do TCE em exercício	163
1.1.3.1 - Quadro Permanente do TCE no órgão 150	150
1.1.3.1.1 - Quadro Permanente do TCE no órgão (CC/FG)	49
1.1.3.2 - Quadro Permanente Cedido (Ônus para o TCE)	4
1.1.3.3 - Quadro Permanente Cedido para Entidades (Com ônus)	2
1.1.3.4 - Quadro Permanente Cedidos (Sem ônus)	7
1.1.4 - Requisitados de outros órgãos 19	19
1.1.4.1 - Requisitados de outros órgãos em CC/FG	13
1.2 Ativos do Regime Geral	20
2 - Inativos	33
3 - Pensionistas	14
Total de Servidores nas Folhas	254
Servidores Presentes	201

REGIME ESPECIAL

CARGOS	VAGAS PREENCHIDAS	TOTAL DE VAGAS
CONSELHEIROS	07	07
AUDITORES	01	02
PROCURADORES	04	04

2.7.4. ATIVIDADES DA DSA

A DSA é responsável pelo atendimento das demandas de todos os setores desta Corte de Contas no que se refere a materiais e serviços, estando subdividida em 03 setores de apoio: Protocolo, Patrimônio e Almoxarifado.

2.7.5. PROTOCOLO

No período de janeiro a dezembro de 2017, os serviços pertinentes ao Protocolo foram exercidos de forma satisfatória, não havendo alterações em sua rotina normal de trabalho.

2.7.6. PATRIMÔNIO

No primeiro trimestre do ano em curso houve a aquisição de livros, os quais foram devidamente cadastrados no sistema de patrimônio.

Outro ponto relevante é que o Sistema de Patrimônio foi atualizado com o novo layout utilizado nos sistemas do TCE/AC, e ganhou a rotinas de depreciação, o que vai trazer maior confiabilidade e dinamismo para a gestão patrimonial deste Tribunal.

No segundo trimestre do ano em curso houveram aquisições de livros e mobiliário, os quais foram devidamente cadastrados no sistema de patrimônio.

Outro ponto relevante é que o Sistema de Patrimônio continua a ser desenvolvido, trazendo maior confiabilidade e dinamismo para a gestão patrimonial deste Tribunal.

No terceiro trimestre do ano em curso houveram aquisições de mobiliário, os quais foram devidamente cadastrados no sistema de patrimônio.

No quarto trimestre do ano em curso houve aquisição de equipamentos de informática, os quais foram devidamente cadastrados no sistema de patrimônio, ficando o devido emplaquetamento para o mês de janeiro de 2018, assim que estiverem todos testados pelo Setor de TI.

No mês de dezembro iniciou-se o inventário anual, sendo que seu fechamento está previsto para o início de 2018.

Outro ponto relevante é que o Sistema de Patrimônio continua a ser desenvolvido, trazendo maior confiabilidade e dinamismo para a gestão patrimonial deste Tribunal.

2.7.7. ALMOXARIFADO

Nesta ocasião realizamos levantamento no almoxarifado e ajustes no novo sistema. Também ocorreram recebimento de materiais conforme ordens de fornecimento emitidas pelo Tribunal para abastecer as necessidades do almoxarifado.

Vale ressaltar, que foi atualizado e corrigido de algumas distorções ocorridas anteriormente no Sistema de Almoxarifado e logo em seguida foi feito um trabalho de levantamento e previsão de material necessário, conjuntamente com a DAF, objetivando adquirir os insumos necessários para o início do ano seguinte.

Informamos ainda, que os serviços prestados pelos servidores responsáveis pelo almoxarifado são de excelência, respondendo à altura todos os anseios desta Corte de Contas.

2.7.8. VEÍCULOS

Neste período foram realizadas manutenções preventivas e corretivas nos veículos desta Corte de Contas, visando manter o bom funcionamento dos mesmos, para atender de forma satisfatória às demandas deste Tribunal.

Também foram realizadas 61 viagens intermunicipais e interestadual atendendo às solicitações dos setores desta Corte de Contas.

Além disso todas requisições de serviços envolvendo transporte e serviços na nossa Capital foram atendidas com excelência pelos motoristas desta Divisão.

Nesse período também, foi desenvolvido e implantado um Sistema de Gestão de Frotas que centraliza a emissão das requisições de combustível, viagens realizadas e solicitações de uso.

Mais informações alusivas a frota de veículos desta Corte de Contas, tais como: combustíveis, lavagem, serviços de mecânica e etc., encontram-se no RELATÓRIO DE ATIVIDADE TRIMESTRAL DE GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017.

2.7.9. FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Neste período, nos juntamos a DAF e CPL para agilizarmos os processos licitatórios alusivos à nossa área de atuação.

Informamos que os servidores lotados nesta Divisão assumem hoje a responsabilidade de fiscalização da maior parte dos Contratos (fornecedores e Prestadores de serviços) em vigor, sendo que o aceitável é de até 5 (cinco) Contratos, dependendo ainda, de seu objeto.

Sugerimos que cada Contrato (fornecedores e Prestadores de Serviços) tenha um fiscal e um suplente específico, que tenha real conhecimento da área abrangente do contrato.

2.7.10. MANUTENÇÃO PREDIAL

PREDIAL - TENDA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA-ME

- Concluindo o serviço de ampliação da Escola de Contas, Licon e Sala de Inteligência e manutenções corretivas no prédio do Tribunal.

- Limpezas nas calhas, Troca de lâmpadas tubulares para led's nos Gabinetes dos conselheiros e Presidência, Limpeza na cobertura da garagem dos veículos oficiais, Poda das árvores do estacionamento, Pinturas do meio fio. Demarcação de limite de velocidade na área de trânsitos de veículos, Dedetização predial, substituição de peças deterioradas com lixamento no deck do anexo I e II.

- Concluindo a demanda de pintura na fachada, muro e gradil do Tribunal.
- Iniciando, retelhamento na cobertura da copa e recepção.
- Dando continuidade na troca de lâmpadas tubulares para led's nos gabinetes dos Conselheiros e Presidência e manutenção nos banheiro e iluminação.

ELEVADOR - ELEVAENGE COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELEVADORES

LTDA

- Informamos que as manutenções preventivas têm ocorrido conforme previstas e as corretivas, atendidas sempre que solicitadas.

- Atendendo solicitação da Elevaenge, o Tribunal procedeu a aquisição para a instalação do kit de ALARME e INTERFONE, itens necessários e obrigatórios por normas.

- Informamos ainda que foi substituída a peça "LIMITADOR DE VELOCIDADE DO FREIO MECÂNICO", mencionada no Orçamento nº 16256, a qual está sob cobertura do Contrato nº 047/2015.

AR CONDICIONADOS - SUPER FRIO AR CONDICIONADO, PEÇAS, SERV. COM. E REP. LTDA-ME

- Neste trimestre concluímos a primeira manutenção preventiva, em todos os setores.

GRUPO GERADOR - JURUÁ SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

- As manutenções preventivas e corretivas estão sendo realizadas conforme Contrato.

- Observar a VIGÊNCIA do Contrato será de: 05/10/2016 a 06/10/2017

- O GRUPO GERADOR Está na Garantia de um ano, a partir do dia 05.10.2016, data do **RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

- Salientamos que há a necessidade de Procedimento Licitatório para geração de CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA do Grupo Gerador, sendo que a contratação deve se dar imediatamente após o término da garantia, no dia 06/10/2017.

HORIZONTE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

As manutenções preventivas e corretivas estão sendo realizadas conforme contrato.

Observar a vigência do contrato será de: 30/10/2017 a 30/10/2018.

O GRUPO GERADOR está no período de garantia de um ano, contando a partir do dia 30.10.2017, data do recebimento definitivo.

Salientamos que há necessidade de procedimento licitatório para geração de CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA do grupo gerador, sendo que a contratação deve se dar imediatamente após o término da garantia, no dia 30/10/2018.

CENTRAL TELEFÔNICA E TELEFONES - TENDA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA-ME

- Responsável pela manutenção corretiva da Central Telefônica.

SUBESTAÇÃO (CASA DE FORÇA)

- Até o presente momento tudo sobre controle, após as manutenções dada na mesma.

LIMPEZA - COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

- O contrato foi aditivado por 4 meses a partir de 01/04/2017, visando dar tempo para que novo Processo Licitatório seja executado.

MÁQUINAS DE CAFÉ - INFOR CAFÉ LTDA – ME

- As duas máquinas estão em pleno funcionamento.

JARDIM - JOÃO RODRIGUES AZEVEDO

- Informamos também que serviços têm ocorrido conforme previsto em contrato.

ENERGIA ELÉTRICA – ELETROBRÁS

- O Fornecimento de energia praticado para 320 kW e na tarifa HORIZONTAL VERDE.

ÁGUA – DEPASA

- A MATRICULA 01032195 está ativa em campo com abastecimento e sendo medida.

LOCAÇÃO DE MOTOCICLETA COM CONDUTOR - Acre Comércio Importação e Exportação Ltda, Suelyton Tiago Vieira do Nascimento atua como office boy desde o início do Contrato.

- Considerando que durante todo o período contratual os serviços foram executados à contento, salientando que o profissional destacado pela empresa para atender a este Tribunal foi de plena eficiência, demonstrando excelente perícia como piloto, cumprindo os horários e se dispondo a atender às demandas sempre que requisitado, mantendo a cordialidade, o profissionalismo e, principalmente, demonstrando ótima relação pessoal com todos deste TCE, o contrato foi aditivado para o ano de 2017.

LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM CONDUTOR - R. R. LIMA-RR-ME, Marcos Fernando Lima de Brito, atuando como motorista desde o início do Contrato.

- Considerando que durante todo o período contratual os serviços foram executados à contento, salientando que o profissional destacado pela empresa para atender a este Tribunal foi de plena eficiência, demonstrando excelente perícia ao volante, cumprindo os horários e se dispondo a atender às demandas sempre que requisitado, mantendo a cordialidade, o profissionalismo e, principalmente, demonstrando ótima relação pessoal com todos deste TCE, o contrato foi aditivado para o ano de 2017.

2.7.11. ATIVIDADES DA DSF

A Divisão do Setor Financeiro apresenta a seguir os dados referentes à aplicação do orçamento.

2.7.12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento do TCE para o ano de 2017 apresentou dotação de R\$ 49.140.604,00 ocorrendo suplementação na Fonte 200 no valor de R\$ 87.682,20 (Decretos 6200 e 6863), na Fonte 500 no valor de R\$ 583.882,11 (Decreto 7239) e na Fonte 100 no valor de R\$ 7.009.270,00 (Decretos 7197, 7452, 7638, 7832, 7910, 8091 e 8097). A despesa

paga até o final do 4º trimestre foi de R\$ 54.926.209,49. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal estão indicadas no quadro abaixo.

DEMONSTRATIVO DOS DISPÊNDIOS DO TCE/AC, EM 2017.

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
INVESTIMENTOS	39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	190.767,76	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	51 – Obras e Instalações	80.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	52 – Equipamentos e Material Permanente	1.064.373,40	68.145,16	68.145,16	68.145,16
FONTE 500 INVESTIMENTOS	52 – Equipamentos e Material Permanente	0,00	553.387,63	255.200,00	255.200,00
FONTE 500 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	30.494,48	0,00	0,00
FONTE 200 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	87.667,50	82.119,68	82.119,68
FONTE 200 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92 – Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	14,70	14,70	14,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08 - Outros Benefícios Assistenciais	80.000,00	2.494,06	2.494,06	2.494,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14 – Diárias – Civil.	897.804,46	829.286,26	829.286,26	829.286,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30 - Material de Consumo.	608.000,00	411.746,85	410.947,85	410.947,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32 - Material de Distrib. Gratuita	3.000,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	400.000,00	395.450,00	375.378,24	375.378,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	260.000,00	48.454,44	48.454,44	48.454,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37 - Locação de Mão-de-Obra	350.000,00	622.138,41	622.138,41	622.138,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.148.000,00	2.419.051,72	2.315.529,99	2.315.529,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41 - Contribuições	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46 – Auxílio Alimentação	1.300.000,00	1.639.631,00	1.639.631,00	1.639.631,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	15.000,00	10.629,95	10.629,95	10.629,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49 – Auxílio Transporte	865.000,00	862.941,60	862.941,60	862.941,60

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	70.000,00	32.580,83	32.580,83	32.580,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93 – Indenizações e Restituições	590.000,00	2.507.750,57	2.507.750,57	2.507.750,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01 - Aposentadorias e Reformas.	8.000.000,00	7.639.760,37	7.639.760,37	7.639.760,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	03 - Pensões	3.600.000,00	2.754.270,85	2.754.270,85	2.754.270,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.597.437,77	32.985.026,11	32.985.026,11	32.985.026,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13 - Obrigações Patronais	750.000,00	627.294,74	627.294,74	627.294,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91 - Sentenças Judiciais	50.000,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00	2.185.151,78	748.545,38	748.545,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	100.000,00	55.969,30	55.969,30	55.969,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96 – Ressarcimento Despesa de Pessoal Requisitado.	50.000,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13 - Obrigações Patronais	2.721.220,61	0,00	0,00	0,00

FONTE: Divisão de Recursos Financeiros.

2.7.13. ATIVIDADES DA CPL

A Comissão Permanente de Licitação é composta por quatro servidores, nomeados pela Portaria nº **034/2017**, que são responsáveis pela orientação e operacionalização das atividades relacionadas as contratações de bens e serviços do TCE. Com esse objetivo, apresentamos as atividades executadas no decorrer do 4º trimestre de 2017, a seguir:

Item	Nº do Documento	Nº do Pregão	Descrição do Objeto	Atividades Realizadas.
01	Processo nº 35.192.2017-55.	001/2017	Objeto: aquisição de MATERIAL PERMANENTE – VEÍCULO TIPO SUV.	<p>Em 06/02/2017, O processo foi enviado para acessória jurídica contendo TR E o Edital.</p> <p>Em 14/02/2017 o processo foi recebido na CPL e marcada para o dia 06/03/2017 a abertura do certame licitatório.</p> <p>Em 06/03/2016 na sala de reunião treinamento do TCE, foi realizada a abertura do certame no qual foi fracassado o item.</p> <p>Em 09/03/2017, foi realizada retificação do edital e marcada para o dia 23/03/2017 a reabertura do processo.</p> <p>Em 21/03/2017, o processo foi suspenso.</p>
02	Processo nº 35.203.2017-109.	002/2017	Objeto: prestação de serviços de HOSPEDAGEM E REFEIÇÕES	<p>Em 30/01/2017, O processo foi encaminhado para esta CPL para serem realizadas as coletas de preço.</p> <p>Em 09/02/2017, O processo foi enviado para acessória jurídica contendo TR E o Edital.</p> <p>Em 14/02/2017 o processo foi recebido na CPL e marcada para o dia 07/03/2017 a abertura do certame licitatório.</p> <p>Em 07/03/2016 na sala de reunião treinamento do TCE, foi realizada a abertura do certame.</p> <p>Em 08/13/2016 o referido Processo foi encaminhado para o DAF para demais providências.</p>
03	Processo nº 35.206.2017-20.	003/2017	Objeto: Contratação de profissional de T.I	<p>Em 08/02/2017, O processo foi encaminhado para esta CPL para serem realizadas as coletas de preço.</p> <p>Em 22/02/2017, O processo foi enviado para acessória jurídica contendo TR E o Edital.</p> <p>Em 02/03/2017 o processo foi recebido na CPL e marcada para o dia 27/03/2017 a abertura do certame licitatório.</p> <p>Em 27/03/2016 na sala de reunião treinamento do TCE, foi realizada a abertura do certame.</p> <p>Em 28/03/2016 o referido Processo foi encaminhado para o DAF para demais providências.</p>

04	Processo nº 35.205.2017-00.	Compra direta	Objeto: Livros Ambientais	Em 03/02/2017 , O processo foi encaminhado para esta CPL para serem realizadas as coletas de preço para fins de compra direta. Realizadas as coletas de preço o processo foi encaminhado a DAF Para as demais providencias.
05	Processo nº 35.209.2017-33.	004/2017	Objeto: Serviços Terceirizados	Em 31/01/2017 , O processo foi encaminhado para esta CPL para serem realizadas as coletas de preço. Em 17/04/2017 - Efetuando ajustes no TR para carga horária de 30h semanais.
06	Processo nº 35.125.2016-20-	005/2017	Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.	Em 08/02/2017 , O processo retornou da assessoria jurídica para esta CPL. Em 13/02/2017 , o processo foi encaminhado para o setor de informática para análise técnica.
07	Processo nº 35.208.2017-32.	006/2017	Objeto: Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar- tipo Split.	Em 13/02/2017 , o processo foi encaminhado para DSA para providencias as cotações de preço. O processo foi encaminhado a CPL para elabora o edital. Em 20/03/2017 , O processo foi enviado para acessória jurídica contendo TR E o Edital. Em 29/03/2017 – Por decisão do Diretor da DAF, será prorrogado contrato com a empresa atual e processo ficará suspenso.
08	Elaboração de termos de referência, coletas de preços e editais.		Objeto: Elaboração de Edital e Coletas de Preços pela CPL.	Foram elaborados TRs, Cotações de Preços e Editais para os Processos Licitatórios – Pregão 001,002 ,003, 004 e 005.
009	Processo nº 35.209.2017-33.	006/2017	Objeto: Serviços Terceirizados (Limpeza, Copeiragem Garçom e Auxiliar Administrativo). Fonte de Recursos: 100	Em 12/06/2017 houve a realização do certame. Considerando que houve recurso interposto pela empresa PREMIUM EIRELI, foram mantidos os prazos recursais e, em 27/06/2017 o processo foi submetido a Presidência, onde o mesmo acatou a decisão do Pregoeiro e o processo foi homologado em 04/07/2017 com valor global anual de R\$ 665.995,32 . Em 07/07/2017 encaminhado a DAF para os demais trâmites de registro em ata e contrato.
010	Processo nº 35.284.2017-66	ADESÃO	Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (DESKTOPS) através de adesão a ATA RP nº 22/2017 da Universidade Federal do Pará. Valor da Contratação: R\$ 406.000,00 para aquisição de 70(setenta) Unidades Fonte de Recursos: 500 (BNDES).	Em 05/07/2017 , o processo foi atuado e registrado. Em 03/07/2017 , foram encaminhados os ofícios para UFPA e DRIVE solicitando autorização e concordância para adesão a referida ATA. Aguardando resposta para juntada de demais documentos.

011	Processo nº 35.283.2017-55		<p>Objeto: Aquisição de Veículos (CAMINHONETES).</p> <p>Valor estimado para licitação:</p> <p>Contratação: R\$ 649.700,00 para registro de preços de aquisição de 04(quatro) Unidades</p> <p>Fonte de Recursos: 500 (BNDES).</p>	<p>Em 05/07/2017, o processo foi autuado e registrado. Foram efetuadas as cotações de preços e mapa comparativo.</p> <p>Em 07/07/2017 – Processo encaminhado a Presidência autorizar a abertura do certame.</p>
012	Processo nº 35.125.2016-20-		<p>Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.</p> <p>Fonte de Recursos: 100 e 500</p>	<p>Em 13/02/2017, o processo foi encaminhado para o setor de informática para análise técnica.</p> <p>Em 26/05/2017, encaminhado novo termo de referência para revisão e análise da T.I.</p> <p>Aguardando retorno.</p>
013	Processo nº 35.265.2017-55		<p>Objeto: MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.</p> <p>Fonte de Recursos: 100</p>	<p>Em 08/05/2017, o processo foi autuado e registrado e encaminhado para CPL elaborar termo de referência.</p> <p>Em 26/05/2017 – encaminhado para T.I o TR para revisão.</p> <p>Em 06/07/2017 – A TI devolveu o TR revisado para ajustes finais.</p>
014	Processo nº 35.191.2017-44		<p>Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA</p> <p>Fonte de Recursos: 100</p>	<p>Em 10/01/2017, o processo foi autuado e registrado e encaminhado para Assessoria da Presidência para emissão de parecer técnico.</p> <p>Em 16/01/2017, a Assessoria da Presidência devolveu a DAF com Parecer.</p> <p>Em 18/04/2017 DSF encaminhou para D.S.A providenciar ajustes no TR e proceder com as cotações.</p> <p>Aguardando orientações.</p>
015			<p>ELABORAÇÃO DE Termo de Referência e Pesquisas de Mercado</p>	<p>Em decorrência do Projeto BNDES 2017, encontra-se na responsabilidade da CPL diversas demandas para elaboração de TR e levantamento de preços de mercado.</p>
016	Processo nº 35.284.2017-66	ADESÃO	<p>Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (DESKTOPS) através de adesão a ATA RP nº 22/2017 da Universidade Federal do Pará.</p> <p>Valor da Contratação: R\$ 406.000,00 para aquisição de 70(setenta) Unidades</p> <p>Fonte de Recursos: 500 (BNDES).</p>	<p>Processo na D.S.F aguardando liberação do recurso do BNDES (F500), com previsão para final de outubro/2017.</p>

017	Processo nº 35.265.2017-55	PREGÃO SRP 007/2017	Objeto: MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. Fonte de Recursos: 100	Processo concluído e encaminhado para DAF para homologação e registro de ATA e posterior contratação.
018	Processo nº 35.305.2017-20	PREGÃO SRP 008/2017	Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Fonte de Recursos: 100	Em 20/09 abertura do certame que após concluído, encaminhado os autos para DAF para homologação e registro de ATA e posterior contratação.
019	Processo nº 35.306.2017-32	PREGÃO SRP 009/2017	Objeto: FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL Fonte de Recursos: 100	Em 22/09 abertura do certame que após concluído, encaminhado os autos para DAF para homologação e registro de ATA e posterior contratação.
020	Processo nº 35.287.2017-78	PREGÃO 010/2017	Objeto: Aquisição de Licenças de Software de Monitoramento Fonte de Recursos: 100	Em 04/10, após todos os trâmites da fase interna concluídos, emitido Aviso de Licitação com data de abertura para 23/10/2017.
021	Processo nº 35.324.2017-32	PREGÃO SRP 011/2017	Objeto: Serviços Gráficos Fonte de Recursos: 100	Em 13/07 atuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 02/10 – Em fase de elaboração de edital.
022	Processo nº 35.314.2017-20	PREGÃO SRP 012/2017	Objeto: Passagens aéreas nacionais, internacionais e intermunicipais Fonte de Recursos: 100	Em 10/08 - Atuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 04/10 – Edital elaborado e processo encaminhado a Assessoria Jurídica para Parecer.
023	Processo nº 35.337.2017-55	PREGÃO SRP 013/2017	Objeto: Serviços Diversos e Materiais Análogos (Crachás, reprografia, conserto de chaves e outros) Fonte de Recursos: 100	Em 03/10 - Atuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 04/10 – Em fase de elaboração de edital.
024	Processo nº 35.334.2017-33	PREGÃO SRP xxx/2017	Objeto: Manutenção Predial Fonte de Recursos: 100	Em 13/07 atuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 02/10 – Em fase de elaboração de edital.
025	Diversos	-	Objeto: Assessoria a Diretoria (DAF)	Desenvolvidas diversas atividades administrativas de assessoria ao Diretor da DAF.
0026	Processo nº 35.284.2017-66	ADESÃO	Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (DESKTOPS) através de adesão a ATA RP nº 22/2017 da Universidade Federal do Pará. Valor da Contratação: R\$ 406.000,00 para aquisição de 70(setenta) Unidades Fonte de Recursos: 500 (BNDES).	Processo na D.S.F aguardando liberação do recurso do BNDES (F500), com previsão para final de outubro/2017. Em dez foram entregues parte dos equipamentos, ficando um saldo restante para entrega em janeiro/17

027	Processo nº 35.265.2017-55	PREGÃO SRP 007/2017	Objeto: MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. Fonte de Recursos: 100	Processo concluído e encaminhado para DAF para homologação e registro de ATA e posterior contratação.
028	Processo nº 35.287.2017-78	PREGÃO 010/2017	Objeto: Aquisição de Licenças de Software de Monitoramento Fonte de Recursos: 100	Em 04/10, após todos os trâmites da fase interna concluídos, emitido Aviso de Licitação com data de abertura para 23/10/2017.
029	Processo nº 35.314.2017-20	PREGÃO SRP 012/2017	Objeto: Passagens aéreas nacionais, internacionais e intermunicipais Fonte de Recursos: 100	Em 13/07 autuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 23/11 ocorreu a abertura do Pregão, e após os trâmites da CPL concluídos foi encaminhado os autos a DAF para as demais providências.
030	Processo nº 35.324-2017-32	PREGÃO SRP 011/2017	Objeto: Serviços Gráficos Fonte de Recursos: 100	Em 13/07 autuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 07/11 ocorreu a abertura do Pregão, e após os trâmites da CPL concluídos foi encaminhado os autos a DAF para as demais providências.
031	Processo nº	PREGÃO SRP 013/2017	Objeto: Serviços Diversos e Materiais Análogos (Crachás, reprografia, conserto de chaves e outros) Fonte de Recursos: 100	Em 03/10 - Autuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 13/11 ocorreu a abertura do Pregão, e após os trâmites da CPL concluídos foi encaminhado os autos a DAF para as demais providências.
032	Processo nº 35.335.2017-44	PREGÃO SRP 014/2017	Objeto MATERIAL DE CONSUMO (INSUMOS MÁQUINA DE CAFÉ, AÇÚCAR, CAFÉ EM PÓ E GÊNEROS DE LIMPEZA) Fonte de Recursos: 100	Em 03/10 - Autuado e registrado processo e providenciado os trâmites da fase interna (TR, cotações, autorização presidência, dotação orçamentária). Em 05/12, ocorreu a abertura do Pregão, e após os trâmites da CPL concluídos foi encaminhado os autos a DAF para as demais providências.
033	Processo nº 35.336.2017-44	PREGÃO SRP 015/2017	Objeto: COFFE BREAK, CAFÉ DA MANHÃ E MARMITEX Fonte de Recursos: 100	Em 16/10-Recebido processo da D.S.A com cotações e mapa. Na CPL para providenciar despachos, edital e demais trâmites. Em 07/12, ocorreu a abertura do Pregão, e após os trâmites da CPL concluídos foi encaminhado os autos a DAF para as demais providências.
034	Diversos	-	Objeto: Assessoria a Diretoria (DAF)	Desenvolvidas diversas atividades administrativas de assessoria a Diretoria da DAF.

2.8 - Atividades da Escola de Contas

RESUMO DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2017

1. EVENTOS DE CURTA DURAÇÃO (até 40h)

Quadro 1: Resumo de atividades por trimestre

ANO: 2017	QTD DE CURSOS/EVENTOS	QTD DE HORA/AULA	TOTAL DE CAPACITADOS
1º Trimestre	02	24h	155
2º Trimestre	06	92h	396
3º Trimestre	02	28h	53
4º Trimestre	03	48h	363
TOTAL	13	192h	967

Quadro 2: Resumo de capacitação de servidores, jurisdicionados e sociedade

TIPO DE PÚBLICO ALVO	QTD DE CURSOS/EVENTOS	TOTAL DE CAPACITADOS
Jurisdicionados	11	877
Servidores do TCE	02	90
TOTAL	13	967

Quadro 3: Tipo de ações educacionais

AÇÕES EDUCACIONAIS	QTD DE CURSOS/EVENTOS	TOTAL DE CAPACITADOS
Presencial – em Rio Branco	06	452
Presencial – no interior do estado	06	505
On line	01	10
TOTAL	13	967

Quadro 4: Comparativo de quantidade de capacitados em 2016 e 2017

ANO	QTD de Cursos/ eventos	QTD de Capacitados	Total de capacitados no Biênio
2016	24	1.870 pessoas	2.837
2017	13	967 pessoas	

2. CURSO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Quadro 5: Tipo de ações educacionais

TIPO DE CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	N.º DE VAGAS	MODALIDADE	TOTAL DE CAPACITADOS
Pós-Graduação e Formação Continuada	Nov. 2015 a Dez. 2017	12.000	On line	Os números oficiais não foram fornecidos pela empresa

3. CURSO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (Língua Estrangeira – 45h)

Quadro 6: Tipo de ações educacionais

TIPO DE CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	N.º DE VAGAS	MODALIDADE	TOTAL DE CAPACITADOS
Inglês, Espanhol e Italiano	Set. à Dez.2017	100	Presencial	72

4. TOTAL DE CAPACITADOS

1. EVENTOS DE CURTA DURAÇÃO	2. CURSOS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA	3. CURSOS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA (LÍNGUA ESTRANGEIRA)	TOTAL DE CAPACITADOS
967	A empresa não forneceu os números	72	1.039

CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

As informações acima são relacionadas apenas as atividades internas e desenvolvidas ou supervisionadas pela Escola de Contas. Lembrando que as **capacitações externas são autorizadas diretamente pela Presidência**, e que não são repassadas à Escola. Portanto a ausência de fluxo (institucionalizado), além de não permitir o registro e acompanhamento, impede o adequado planejamento das ações educativas por parte dessa Corte de Contas.

No mais reiteramos a necessidade de:

1) Dar autonomia administrativa à Escola de Contas, sendo que todos os eventos de capacitação, seja para o público interno ou externo, sejam dirigidos por ela, e que tenha “cadeira cativa” em todas as reuniões que envolvem o planejamento de uma ação de capacitação, mesmo que está tenha sido proposta por outra área/setor.

2) A Presidência do TCE deliberar anualmente um valor para as capacitações, e o recurso financeiro ser 100% gerenciado pela Escola de Contas, ou seja, a unidade definirá em quais ações serão empregados os recursos, além de um efetivo controle sobre as capacitações externas dos servidores.

3) Que todas as capacitações externas autorizadas pelas Presidência, após os trâmites administrativos para deslocamento, pagamento de diárias entre outros, sejam encaminhadas para a Escola de Contas para registro.

Por fim, levando em consideração que este ano foram realizados 03 (três) ciclos de seminários aos jurisdicionados, proposto pela Presidência e gerenciado diretamente pela DAFO (Diretoria Administrativa Financeira e Orçamentária), no qual envolveu um grande dispêndio financeiro, **SUGERIMOS**, que seja feito anualmente só 01 (um) ciclo de seminário, e as demais capacitações para este público, seja feito nos moldes de cursos e/ou oficinas.

2.9. Atividades do Controle Interno

A unidade de Controle Interno do Tribunal de Contas foi criada pela Resolução TCE/AC nº 71, de 10 de maio de 2012. Através da Portaria nº 06, de 09 de janeiro de 2017, foi nomeado o Sr. Antonio Weverton Quintela de Souza, Auditor de Controle Externo desta Corte de Contas, matrícula nº 717, para exercer o Cargo em Comissão de Controlador Interno, CC/FG-03.

O Controle Interno desenvolveu, no ano de 2017, as seguintes atividades:

- Elaboração do Plano Anual de Atividades do Controle Interno
- Visitas Técnica aos setores do Tribunal visando a melhoria dos Processos de trabalho.
- Participação no Seminário: Gestão Pública Municipal – “Orientações Iniciais aos Gestores”.
- Elaboração de proposta de Portaria para acrescentar o Parágrafo 3º-A ao Art. 1º da IN TCE/AC nº 02/2014, que trata das solicitações de passagens aéreas.
- Confecção do Relatório Consolidado de Atividades dos 4º trimestres de 2017 e ainda o Relatório Consolidado de Atividades Anual de 2017.
- Participação no Encontro XIII Encontro Nacional de Controle Interno – CONACI – 04 a 05/10/2017 em Manaus-AM
- Participação no Planejamento Estratégico da Escola de Contas.
- Orientação pedagógica aos Controladores Internos dos Municípios de Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia.
- Parecer e Proposta para alteração da Resolução N° 060 do TCE/AC
- Confecção de proposta de Resolução que trata da criação de serviço de atendimento ao jurisdicionado através do site do TCE/AC
- Participação em reuniões acerca do MMD – marco de medição de desenvolvimento dos Tribunais promovidos pela ATRICON

- Participação no curso de: “Formação de Controlador Interno em Porto Velho – RO”
- Participação como palestrante no Seminário: “Encontro Técnico - TCE e os Municípios 2017”, nos Municípios de: Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Brasiléia, Plácido de Castro, Rio Branco e Eitaciolândia-AC.
- Confecção de proposta de Resolução que trata da criação de serviço de atendimento ao jurisdicionado através do site do TCE/AC
- Participação da Comissão de Avaliação do MMD – QATC em Natal- RN, promovido pela ATRICON
- Participação no Fórum de Direito Constitucional & Administrativo aplicado aos TCE’s, em Porto Velho – RO
- Relatório de Parecer do Controle Interno sobre a Prestação de Contas Anual de 2016.

Não obstante, foram emitidos pelo Controle Interno um total de 401 (Quatrocentos e Um) Pareceres em Processos Administrativos:

TIPO DE PROCESSO	QUANTIDADE
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS	347
PRESTAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	54
TOTAL DE PARECERES EMITIDOS NO ANO DE 2017	401

CONCLUSÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Acre vem desenvolvendo esforços em busca da excelência no desempenho de suas atribuições constitucionais, no sentido de fortalecer o exercício do controle externo junto às instituições estaduais e municipais no Estado do Acre.

As atividades de Controle Externo, preventivas e corretivas, realizadas de forma sistemática, desempenham um papel importante para a efetividade, eficiência e eficácia da fiscalização dos recursos públicos. A garantia de uma Gestão Pública transparente e o fortalecimento do controle social constitui um desafio perseguido por esta instituição de Controle Externo.

As ações implementadas têm apresentado efeito positivo em todas as áreas, na medida em que se verificam mudanças culturais importantes na Administração, tanto de ordem técnica quanto política. É o caso, por exemplo, dos diversos simpósios, seminários e fóruns realizados com a participação da sociedade e instituições, com finalidade de transparecer melhor a Gestão da coisa pública.

O que se observa é uma maior preocupação com o bem público por parte dos Administradores e do cidadão, o que corrobora para a inexistência de práticas contrárias ao interesse público.

O Tribunal de Contas do Estado do Acre está voltado, antes de tudo, para verificação da boa aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade, pois, prevalece que este é o grande fim da sua existência, a verificação do atendimento dos interesses coletivos, na forma mais perfeita da Lei.

Rio Branco – Acre, 06 de fevereiro de 2017.

Anexo 1

RELATÓRIO DE ANUAL DE ATIVIDADES –2017

1 - EVENTOS DE CURTA DURAÇÃO (até 40 horas)									
	EVENTO	MODALIDADE	TÍTULO	INSTRUTOR (ES)	C. H.	PERÍODO	PÚBLICO ALVO	TOTAL DE CAPACITADOS	TRIMESTRE
01	Seminário	Presencial	Seminário Gestão Pública Municipal Local: Rio Branco – Acre (Plenário do TCE-AC).	*Semírames Maria Plácido Dias *José Mário Pereira Dantas	08h	27/01/2017	Jurisdicionados	108	1º TRIM.
02	Curso	Presencial	Redação de Relatório de Auditoria Local: Rio Branco – Acre (Sala de Treinamento do TCE-AC).	*Marcelo Luiz Souza da Eira (Empresa CVI Cursos)	16h	28 e 29/03/2017	Servidores do TCE-AC	47	
03	Curso	Presencial	Curso Básico de Licitações e Contratos Local: Rio Branco – Acre (Sala de Treinamento do TCE-AC).	Ana Cristina Ferreira Araújo (Auditora do TCE-AC)	12h	10 a 12/04/2017	Jurisdicionados (SEMEIA)	39	2º TRIM.
04	Seminário	Presencial	Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Sena Madureira– Acre (CEDUP).	Corpo técnico do TCE, MPE, CRA e SEBRAE	16	24 e 25/04/2017	Jurisdicionados	33	
05	Seminário	Presencial	Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Rio Branco– Acre (Plenário do TCE-AC).	Corpo técnico do TCE, MPE, CRA e SEBRAE	16	02 e 03/05/2017	Jurisdicionados	94	
06	Seminário	Presencial	Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Plácido de Castro– Acre (Escola Estadual João Ricardo de Freitas).	Corpo técnico do TCE, MPE, CRA e SEBRAE	16	09 e 10/05/2017	Jurisdicionados	76	
07	Seminário	Presencial	Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Brasiléia– Acre (CEDUP).	Corpo técnico do TCE, MPE, CRA e SEBRAE	16	15 e 16/05/2017	Jurisdicionados	67	
08	Seminário	Presencial	Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Cruzeiro do Sul– Acre (Faculdade IEVAL).	Corpo técnico do TCE, MPE, CRA e SEBRAE	16	20 e 21/06/2017	Jurisdicionados	87	

09	Curso	Presencial	Questões Polêmicas na Legislação de Pessoal, Aposentadorias e Pensões Local: Rio Branco – Acre (Sala de Treinamento do TCE-AC).	Dr. Inácio Magalhães Filho (Conselheiro do TC/DF)	16h	03 e 04/07/2017	Servidores do TCE-AC	43	3º TRIM.
10	Curso	On line	Planejar é Preciso!	Tutora: Fernanda Leita Santana (Auditora do TCE-AC) Conteudista: Maria Valdiza Ferreira Muniz (Auditora do TCE-AC)	12h	01 a 15/08/2017	Jurisdicionados	10	
11	Seminário	Presencial	III Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Epitaciolândia – Acre (Art Eventos)	Corpo Técnico do TCE, MPE, CRA, CRC, SEBRAE e Junta Comercial	16h	10 e 11/10/2017	Jurisdicionados	119	4º TRIM.
12	Seminário	Presencial	III Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Cruzeiro do Sul – Acre (Auditório da UFAC)	Corpo Técnico do TCE, MPE, CRA, CRC, SEBRAE e Junta Comercial	16h	07 e 08/11/2017	Jurisdicionados	123	
13	Seminário	Presencial	III Encontro Técnico TCE-AC e os Municípios 2017 Local: Rio Branco – Acre (Plenário do TCE-AC)	Corpo Técnico do TCE, MPE, CRA, CRC, SEBRAE e Junta Comercial	16h	13 e 14/11/2017	Jurisdicionados	121	
TOTAL DE CAPACITADOS								967	-

2 – Cursos de Educação Continuada

N.º	NOME DO CURSO (Contrato INFOCO)	C.H. Total	N.º de Vagas	PÓS-GRADUAÇÃO		FORMAÇÃO CONTINUADA		PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				INSCRITOS	EM ABERTO	INSCRITOS	CONCLUDENTES	
01	MBA em Governança Pública e Gestão Administrativa	520h	10 mil	1.224	1.381	6.354	10.944	03.11.2015 a 31.12.2017
02	Acre- Pós-Graduação em Educação Infantil	420h	2 mil	19		111		18.05.2016 a 31.12.2017
03	Acre – Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento	420h		18		122		18.05.2016 a 31.12.2017
04	Acre – Pós-Graduação Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão	450h		153		484		18.05.2016 a 31.12.2017
05	Acre – Pós-Graduação em Educação na Perspectiva do Ensino	480h		67		376		18.05.2016 a

	Estruturado para Autistas							31.12.2017
06	Acre – MBA em Administração Pública Municipal	420h		21		43		18.05.2016 a 31.12.2017
07	Acre – Pós-Graduação em Metodologia do Ensino para Educação de Jovens e Adultos	390h		13		77		18.05.2016 a 31.12.2017
08	Acre – MBA em Governança Tributária	420h		20		16		18.05.2016 a 31.12.2017
09	Licitações e Contratos (somente na modalidade extensão)	??		-		7		-
10	Gestão Pública (somente na modalidade extensão)	??		-		2		-
	TOTAL DE INSCRITOS			1.535	EM ABERTO	7.592	10.944	-

TOTAL DE CAPACITADOS: A EMPRESA NÃO INFORMOU OS NÚMEROS

PÚBLICO ALVO: Servidores Públicos do Acre e Sociedade Civil

*Referência: Contrato TCE-AC N.º 048/2015, Termo Aditivo N.º 001/2016, Processo Administrativo N.º 34.972.2015-80.

OBS.: os relatórios quantitativos são encaminhados pela empresa prestadora do serviço, portanto, a mesma só nos informou que 1.381 alunos inscritos na modalidade pós-graduação estão ativos, podendo concluir o curso até julho/2018.

OBS.: o contrato com a empresa foi encerrado, e a lista dos 1.381 alunos foi publicado no Diário Oficial do Estado do Acre n.º 12.199 de 14 de dezembro de 2017, folhas 267 a 301, avisando publicamente a este público que eles têm além julho/2018 para concluir. Os certificados de formação continuada forma encaminhados por CD.

3 - Cursos de Educação Continuada (Língua Estrangeira)

N.º	NOME DO CURSO (Convênio CEL – Centro de Estudos de Línguas)	C.H. Total	Qtd de Turma	N.º de Vagas	Data de Início das aulas	Qtd de Inscritos	Desistentes	QTD de alunos reprovados	Total de Capacitados
01	Curso de Inglês – Módulo I	45h	02	50	04.09.2017	50	07	03	40
02	Curso de Italiano – Módulo I	45h	01	25	05.09.2017	25	10	04	11
03	Curso de Espanhol – Módulo I	45h	01	25	14.09.2017	24	02	01	21
TOTAL DE CAPACITADOS									72